

## 6. MESA 4.

### CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

**RICARDO BIELSCHOWSKY**, coordenador – É uma alegria enorme estarmos participando desde ontem deste seminário tão bonito. Não poderíamos deixar de ter uma Mesa sobre a questão de crescimento e discussão de renda. Os nossos participantes dispensam apresentações. Márcio Pochmann, professor da Universidade de Campinas, foi Secretário do Trabalho do governo de Marta Suplicy e é uma das nossas referências atualmente na questão do emprego. Octavio Rodríguez, nosso decano aqui, é referência para o pensamento estruturalista de todos nós, foi quem organizou a análise estruturalista e o pensamento estruturalista, no seu livro de 1981, sobre a CEPAL, e lançará muito em breve um livro sobre a questão do estruturalismo na América Latina em que amplia e sofisticava o primeiro trabalho. Carlos Lessa, esse querido amigo e mestre, dispensa apresentações. Tal como Celso Furtado, podemos pensar, conhecendo a obra dele, que é um homem de pensamento e de ação. E Clemente Ganz, que é diretor técnico nacional do DIEESE e é conselheiro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Vou abusar um pouquinho da minha condição de coordenador para fazer minha breve homenagem ao pensamento do Celso Furtado, ainda mais porque os organizadores do evento me retiraram da situação mais confortável de palestrante, para me colocarem na de coordenador. Vou tomar uns cinco minutinhos iniciais para falar que Celso Furtado deu três contribuições fundamentais ao estruturalismo, e todas elas têm a ver com a idéia de subdesenvolvimento e com a relação de crescimento e distribuição de renda.

Mas para chegar ao Furtado, preciso brevemente passar por Prebisch, que é o pai do estruturalismo. Furtado foi, no campo analítico, um seguidor de Prebisch. Ele chegou a Santiago em 1949, pouco antes de Prebisch, e quando este chegou e mostrou o seu trabalho, Furtado ficou encantado e descobriu um pouco a América Latina através de Prebisch, como ele mesmo diz mesmo no seu livro *A fantasia organizada*.

Tomando o lindo trabalho do Octavio, podemos dizer que há dois elementos básicos na construção analítica de Prebisch, que explicam todo o resto da conceituação da CEPAL. A tese da deterioração dos termos de troca, a tese da vulnerabilidade externa, a das tendências estruturais a desequilibrar os pagamentos, tudo isso tem por base, essencialmente, um entendimento do subdesenvolvimento latino-americano como sendo uma estrutura produtiva e social, formada historicamente de dois elementos básicos: a baixa diversidade produtiva, que podemos complementar com a idéia de especialização em agricultura e mineração, e, segundo, a heterogeneidade tecnológica, ou dualidade, coexistência entre setores de alta produtividade e uma abundante ocupação com baixos níveis de produtividade.

Isso tem conseqüências importantes, em termos de industrialização e crescimento.

A baixa diversidade e a especialização requerem investimentos simultâneos em muitos setores. Isso é um processo exigente em matéria de divisas e de poupança e investimento. E, ao mesmo tempo, há uma limitada capacidade para gerar divisas externas, devido à baixa demanda mundial pelas nossas exportações, à deterioração em termos de troca etc.

Então o problema de desequilíbrio externo permanente, por causa da nossa elevada elasticidade na renda de importações. Essa é a base, e Furtado parte daí e traz três contribuições. Pode-se portanto falar em um pensamento prebischiano-furtadiano, no caso da CEPAL. Primeiro, ele adicionou uma perspectiva histórica de longo prazo ao estruturalismo. Mostrou que durante séculos – isso está em *Formação econômica do Brasil* – e em sucessivos períodos de crescimento e retração, nos ciclos da cana, da mineração e do café, em cada período se foi produzindo e reproduzindo a dualidade ou a heterogeneidade econômico-social, assim como a baixa diversidade produtiva. Essa foi a primeira contribuição, e a gente fala em método

histórico-estrutural em boa parte por causa disso, pela perspectiva de muito longo prazo que Furtado colocou sobre o pensamento de Raúl Prebisch.

Segundo, no livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, publicado em 1961, mas que tem um ensaio já do final dos anos 1950, ele introduziu no arcabouço analítico estruturalista a discussão sobre a dificuldade que os setores urbanos modernos têm de absorver a abundante força de trabalho que vem do campo. É um pouco a idéia de que não se pode pensar propriamente em um modelo de oferta limitada de mão-de-obra; vamos conviver provavelmente muito tempo ainda com um modelo de oferta ilimitada de mão-de-obra, que é característico do nosso subdesenvolvimento. Portanto, o subdesenvolvimento vai perdurar durante algum tempo ainda. Essa foi a segunda contribuição decisiva de Celso Furtado. Estudando o pensamento econômico brasileiro e da CEPAL, não conheço ninguém anterior que tenha colocado tão claramente a idéia da permanência do subdesenvolvimento.

Nesse livro de 1961, ele antecipa algumas idéias básicas da teoria da dependência, porque vai dizer que o padrão de crescimento latino-americano corresponde a uma das projeções históricas de economias desenvolvidas sobre o resto do mundo e que empresas estrangeiras modernas tendem a dividir o sistema produtivo com estruturas arcaicas. Isso é muito importante na teoria da dependência e já está nesse livro de 1961.

Depois vem a terceira contribuição, alguns anos mais tarde. Furtado, mais ou menos simultaneamente com Maria da Conceição Tavares e com Aníbal Pinto, vai argumentar que a concentração de renda e de propriedade predeterminam a composição setorial do investimento e as escolhas tecnológicas. Portanto, leva a fração moderna da estrutura produtiva na América Latina a um grau de intensidade de capital semelhante ao praticado nos países desenvolvidos. Então ele explica por que aquela situação de dualidade tende a se perpetuar se não houver uma redistribuição de renda. Ele está inaugurando aqui o debate brasileiro e latino-americano sobre a relação entre crescimento, mudança na estrutura produtiva e distribuição de renda, composição da demanda. Esse debate é inaugurado aí, e toda discussão que se seguiu sobre modelos vem daí.

Essa é uma introdução breve. Eu poderia falar longamente sobre a atualidade do pensamento de Celso Furtado, de como essas questões estão

presentes na discussão. Mas meu abuso terminou e vou pedir então que o Octavio fale. Peço a ele que comece, com ênfase na questão da ocupação e da produtividade, temas que estão ligados à distribuição de renda. Octavio, você tem vinte minutos.

OCTAVIO RODRÍGUEZ – Esta é a quarta homenagem a Furtado da qual participo. A primeira, organizada por Luiz Antônio Elias, foi em um congresso no Rio. Depois houve duas, nas quais a Rosa estava, uma em Recife e outra em João Pessoa. Não me esqueço a de João Pessoa porque foi muito comovedora. E esta é a quarta.

Quero começar me referindo à extraordinária importância da obra de Furtado. É de uma enorme riqueza, uma fonte potencial de grande valor para a construção de projetos de desenvolvimento que tenham viabilidade e eficiência – vou voltar a essa idéia de viabilidade e eficiência – e que superem as situações problemáticas criadas pelo neoliberalismo. Faço meu um ponto de vista sustentado ontem de manhã pelo senador Aloizio Mercadante a respeito da obra de Furtado, dizendo que nela não há resposta acabada para os desafios de hoje, mas sim lá estão as bases para reconstruí-la. Perdoem-me a impertinência, mas pode ser uma tarefa do Centro Celso Furtado, espremendo as teorias de Furtado, contrastando com a realidade, enriquecendo as interpretações, o que está fazendo falta.

Apresentei um trabalho escrito e aí segue o texto. O título é “Furtado e a renovação da agenda do desenvolvimento”. Sobre este trabalho, quero enfatizar que nem de longe pretendi realizar e nem sequer começar essa tarefa de dar resposta aos desafios de hoje, penetrando em profundidade na obra de Furtado, a que se referiu o Mercadante. Ao contrário, a palavra agenda é intencional. Ela procura sugerir, desde o próprio título, que não se pretende teorizar sobre os temas e problemas do desenvolvimento, mas sim fazer um simples *racconto*, que, aliás, encontra-se complicado por uma revolução tecnológica em pleno curso e por um processo paralelo de globalização da economia mundial.

Agora, também é verdade que não se trata de um *racconto* puramente enumerativo, mas sim, de um onde exista certo grau de conexão entre os temas e problemas. O caminho seguido para que surja alguma conexão consiste em tomar como base várias das idéias de Furtado. Em outras pala-

vras, trata-se de utilizar essas idéias privilegiadas como princípio ordenador, delineando uma visão furtadiana das questões atuais a se ter em conta em uma estratégia de desenvolvimento.

É hora de sustentar minha homenagem a Furtado, o que faço de todo coração, com o seguinte artigo:

---

## *FURTADO Y LA RENOVACIÓN DE LA AGENDA DEL DESARROLLO.*

### INTRODUCCIÓN

Estas notas procuran delinear los contenidos fundamentales de una agenda del desarrollo, en los días que corren. Las bases analíticas principales en que las mismas se sustentan provienen de puntos de vista de Celso Furtado atinentes a la temática de la cultura, sintetizada en los tres primeros ítems.<sup>1</sup>

El ítem 1 pone de manifiesto cierto rasgo diferenciador y definitorio del enfoque de Furtado, para quien el desarrollo ha de verse como la evolución y el enriquecimiento de una suerte de “totalidad”: el sistema conformado por los distintos elementos que componen la cultura de cierta sociedad o país. Puesto en otros término, Furtado postula que el desarrollo concierne al sistema de la cultura, y por lo tanto, que su adecuada comprensión requiere apreciarlo, justamente, como desarrollo del sistema cultural global.

Por otra parte, cabe señalar que su objetivo prioritario no es embreñarse en una respuesta cabal sobre las características del desarrollo así entendido, sino dar cuenta de las razones que lo entorpecen o inhiben en países dichos “periféricos”, como los de América Latina. La respuesta es insinuada en el ítem 2, en el cual se procura mostrar que sucesivas instancias de penetración de elementos foráneos provenientes de los grandes centros ter-

---

<sup>1</sup> Tales puntos de vista se examinan con detalle en el artículo de O. Burgueño y O. Rodríguez relativo a esa temática, incluido en el libro *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*, organizado por BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos y REGO, José Marcio. São Paulo: Editora 34, 2001.

minan resultando entorpecedores del desenvolvimiento de una identidad cultural propia, y de la creatividad y dinamismo que virtualmente podrían lograrse con ella.

El ítem 3 retoma esta cuestión del desarrollo periférico, pero encarándola desde una perspectiva estratégica. Se aduce en él que las trabas a dicho desarrollo pueden levantarse mediante políticas adecuadas, cuya implementación ha de ser emprendida, y también compatibilizada, en los tres grandes ámbitos del sistema global de la cultura. A saber: a) el de la cultura material, que envuelve los aspectos técnicos y económicos de dicho sistema; b) el ámbito sociopolítico, que define un primer aspecto de la llamada “cultura no material”, constituido por la ideas y valores relativos al mismo, así como por el accionar de los distintos grupos que lo conforman, y muy particularmente, por las iniciativas impulsadas en él desde el Estado; c) el que abarca un segundo conjunto de componentes de la cultura no material: las ideas y valores diferenciables de aquellos propios del ámbito sociopolítico, cuyos contenidos incluyen los más altos fines de la existencia humana, resultando por eso virtuales generadores de fuertes actitudes creativas, susceptibles de ir extendiéndose en los tres grandes ámbitos del sistema cultural recién diferenciados.

La noción de “desarrollo endógeno” ha sido introducida con extrema brevedad en el párrafo anterior. La finalidad de esta referencia preliminar consiste apenas en poner de manifiesto que los mismos ámbitos de preocupación reaparecen ampliados cuando se procura renovar la temática de la agenda del desarrollo, a la luz de fenómenos y problemas recientes. En efecto, el ítem 4 cubre en primer término el ámbito de lo económico (o si se quiere, de la “cultura material”), refiriéndose por separado a la ocupación de la fuerza de trabajo (4.1), a la inserción externa y a sus implicaciones en materia de cooperación internacional (4.2), y también a los requisitos de una conducción macroeconómica adecuada (4.3). Luego discurre sobre la relevancia de las relaciones sociopolíticas, destacando el papel crucial que ha de haber al Estado en su buena marcha, y asimismo, en la iniciativas transformadoras de los demás ámbitos de la cultura (4.4). Finalmente, se hace referencia al afianzamiento de una identidad cultural propia, la cual constituye, en última instancia, el elemento clave del impulso a la creatividad, en los procesos globales de desarrollo (4.5).

El ítem 5 gira en torno a posturas estratégicas que resumen las consideraciones previas. “Crecimiento autocentrado” en lo económico; “nueva alianza” en lo sociopolítico; “reafirmación ética” en el ámbito de la cultura no material: éstas son la tres expresiones que sintetizan los contenidos claves de la agenda temática a tener en cuenta, cuando con el esfuerzo de análisis y comprensión de la misma se pretende arribar a lo que bien pudiera caracterizarse como una estrategia de “desarrollo nacional”.

## DESARROLLO Y CULTURA

Existe algo de peculiar y distintivo en la obra de Celso Furtado: en ella se elabora de forma sistemática un tema que no tiene presencia semejante en las obras de otros estructuralistas latinoamericanos. Se trata del tema de la cultura, o con más propiedad, del establecimiento de una conexión explícita entre cultura y desarrollo.<sup>2</sup>

Furtado entiende la cultura como un sistema, como un todo cuyas partes guardan cierto grado de coherencia entre sí. Admite, asimismo, que ese sistema constitutivo de la cultura propende al cambio, está sujeto a continuas mutaciones que se van produciendo con un sentido general de enriquecimiento. Pero además, sostiene que este enriquecimiento se verifica a veces de forma particularmente rápida, configurándose como una suerte de eclosión de creatividad que se pone de manifiesto simultáneamente en distintos ámbitos de la cultura.

Puesto en otras palabras, el desarrollo dice respecto a la cultura, globalmente considerada; y en esencia consiste en dar curso a la capacidad creativa del hombre, a través de la generación de innovaciones. Ha de señalarse que el término “innovación” no es utilizado en su sentido usual, muy ligado a la implantación de nuevas técnicas. Para Furtado, los procesos de creatividad y

<sup>2</sup> Durante el año en que ocupó la Cátedra Simón Bolívar, en Cambridge, esa temática fue objeto preferente de su trabajo, del cual derivó el libro *Criatividade e dependência na civilização industrial*, publicado en 1978. Las grandes cuestiones tratadas en él se retoman en 1984, en el libro *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Ambos constituyen referencias claves, pues su finalidad consiste en precisar y profundizar un conjunto de ideas básicas sobre desarrollo y cultura. Diversos aspectos de esas ideas básicas fueron analizados con bastante precedencia. Son ejemplos los contenidos en *Dialética do desenvolvimento*, que data de 1964, y en *O mito do desenvolvimento econômico*, cuya primera edición es de 1974. Varios aspectos relevantes del mismo tema son tratados en obras muy recientes, como *O capitalismo global*, de 1998 y *O longo amanhecer*, de 1999.

de innovación se van dando mancomunadamente en tres grandes ámbitos del sistema de la cultura.

El primero de esos ámbitos es el de la llamada “cultura material”. La misma atañe a los aspectos económicos de ese todo que es la cultura, y se expresa sintéticamente en el dúo progreso técnico-acumulación de capital. La relación entre ambos elementos coincide con la habitualmente reconocida: el progreso técnico constituye a cada paso un factor de estímulo para la acumulación, en tanto tiende a reproducir condiciones de ganancia que favorecen la persistencia de esta última. Por otra parte, la operatoria adecuada de estos dos elementos claves de la cultura material se configura como un requisito del enriquecimiento de la cultura como un todo. La razón consiste en que tales elementos permiten ir generando excedentes económicos adicionales, y éstos, a su vez, permiten ir ampliando y renovando el horizonte de opciones abierto a los miembros de una comunidad.

El segundo ámbito diferenciado se halla inscrito en la “cultura no material”. Es el llamado ámbito sociopolítico, que conforman las ideas y valores relativos a las cuestiones de esa índole, y asimismo, las acciones políticas concretas que van teniendo lugar, a la luz y en conexión con tales ideas y valores. La diferenciación de este segundo ámbito y el énfasis que en él se coloca resultan de particular importancia, en tanto implican una posición “no reduccionista”, que se niega a ver el desarrollo como determinado o fuertemente condicionado por lo económico. Al contrario, se entiende que la creatividad política – la generación de ideas y valores relativos al ámbito antedicho – y la propia acción política son esenciales “para la conquista de avances en la dirección de formas superiores de vida”.<sup>3</sup> Esto porque en la acumulación material se van generando tensiones sociales que hacen necesarias las innovaciones en los planos social e institucional, por vía de la acción política, a fin de que esas tensiones sean evitadas, dando continuidad a la propia acumulación.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984, p. 28.

<sup>4</sup> Furtado observa que los conflictos sociales y las actividades políticas surgidas en los grandes centros fueron elementos claves para mantener dicha continuidad. Por ejemplo, la elevación del nivel y de la masa de salarios deriva de transformaciones e impulsos sociopolíticos, y no de mecanismos puros de mercado. De manera similar, la orientación de la tecnología no es ajena a las sucesivas instancias de confrontación generadas por esas transformaciones e impulsos. Al respecto, véase *Dialéctica del desarrollo*. Fondo de Cultura Económica: México, 1965, capítulo 5.

El tercer ámbito pertenece también a la “cultura no material”, y se considera constituido por los elementos de esta última no considerados en el ámbito sociopolítico. Puesto en otros términos, este tercer ámbito corresponde a las ideas y valores que forman parte del sistema de la cultura, pero que se sitúan “más arriba” o “más allá” de los que conciernen al segundo ámbito. Cabe señalar que las eclosiones de creatividad, que por períodos se ponen de manifiesto en el sistema global de la cultura, resultan particularmente intensas o visibles en este tercer ámbito, sugiriendo la existencia de una interacción significativa entre los cambios que en él se producen y los que se dan en los demás ámbitos y elementos de dicho sistema. Ello se relaciona con la admisión de que es en este tercer ámbito donde se abren caminos para la realización de las potencialidades latentes en el propio hombre, o sea, para su autoidentificación a través de actividades como la reflexión filosófica, la meditación mística, la creación artística o la investigación científica. En palabras de Furtado: “a rigor, se puede hablar de desarrollo cuando la capacidad creativa del hombre se dirige al descubrimiento de sí mismo, empeñándose en enriquecer su universo de valores”.<sup>5</sup>

Conviene señalar que el desarrollo se presenta históricamente como una eclosión de creatividad, particularmente visible en aquellos aspectos o elementos “más altos” de la cultura no material. Furtado reconoce que los factores que generan tales eclosiones culturales no son claros, pero a la vez sustenta que cierta regularidad resulta perceptible. Los procesos de innovación en que tales eclosiones consisten se verifican de forma interrelacionada en los tres grandes ámbitos diferenciados con anterioridad. La pregunta que surge es la de porqué se produce el subdesarrollo, o si se quiere, qué factores inhiben el desenvolvimiento del sistema cultural global de los países periféricos, o aún, qué factores impiden que tome cuerpo y vaya perfilándose y enriqueciéndose la identidad cultural propia de los mismos.

## EL PROCESO DE SUBDESARROLLO

Un primer *insight* relativo a este tema consiste en percibir que la imitación de las pautas de consumo de los grandes centros no concierne sólo a

<sup>5</sup> *Cultura e desenvolvimento em época de crise, op. cit.*, p. 106-7.

decisiones relativas al ahorro y a la acumulación de capital, y a los patrones tecnoproductivos subyacentes en esta última. Furtado concibe que por detrás de la imitación de tales pautas – por lo demás continuamente renovada – se esconde una apreciación especial de lo foráneo.<sup>6</sup> Tal apreciación implica admitir que lo foráneo refleja las grandes conquistas del progreso, y por ende, que se configura como manifestación inequívoca de destaque y prestigio social. Se percibe, asimismo, que esa apreciación no viene aislada; al contrario, trae de la mano la penetración de conjuntos de ideas y valores foráneos, constituyéndose como uno de los reflejos de los mismos.

Conviene volver la atención a los tres ámbitos anteriormente mencionados, reenfocándolos ahora desde la óptica del subdesarrollo. En cuanto al primero de ellos, la imitación antedicha influencia y orienta el dúo progreso técnico-acumulación. Lo influencia en el sentido de que la imitación incide en el ahorro; lo orienta, en tanto la imitación presupone elaborar ciertos conjuntos de bienes, y consecuentemente, adoptar ciertos patrones de producción y ciertas tecnologías generadas en los centros con escasa o nula adaptación. En otras palabras, se utilizan tecnologías en desacuerdo con la dotación relativa de recursos propia de la periferia, o mejor, con la sobreabundancia de mano de obra que le es peculiar y que se expresa en el subempleo estructural. Obsérvese que tanto esta influencia sobre el ahorro como este sesgo tecnológico son elementos fundamentales para explicar lo que Furtado denomina “heterogeneidad social”. En particular, en cuanto a la fase de industrialización de las economías de América Latina, Furtado afirma: “no existen evidencias de que con la industrialización se vaya a llegar a formas sociales estables. Al contrario, la creciente heterogeneidad social, que tiene en la llamada ‘marginalidad urbana’ uno de sus síntomas más alarmantes, parece estar apuntando en la dirección opuesta”.<sup>7</sup>

Considérese ahora el segundo de los ámbitos diferenciados. Muchas de las ideas y valores subyacentes en la imitación del consumo, así como en la apreciación de lo foráneo que la misma supone, dice respecto no sólo a lo económico, sino también al orden sociopolítico y a la institucionalidad que

<sup>6</sup> *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974, cap. 2.

<sup>7</sup> “Criatividade e dependência na civilização industrial”, *op. cit.*, p. 80.

lo preside. Particularmente, adquieren una influencia destacada las ideas y valores atinentes a ese orden y a esa institucionalidad, condicionando los horizontes de cambio de los distintos grupos sociales de la periferia, y en especial los de los grupos dominantes. En otras palabras, al identificarse cultural e ideológicamente con los centros, estos grupos condicionan su visión de la transformación social y, en conexión con ello, limitan los alcances posibles de su accionar sobre la misma. En breve: los modos de transformación de las estructuras sociales y de poder propios de la periferia no tienden a conducirla hacia la superación paulatina de la heterogeneidad social. Al contrario, conducen a su reiteración y a la persistencia de sus manifestaciones más visibles: la considerable magnitud de la pobreza y la ingente concentración del ingreso.

Resta referirse al tercero de los ámbitos antes mencionados. En conexión con el mismo, Furtado sostiene que la adquisición de ideas y valores foráneos no se liga sólo a la imitación del consumo y a sus consecuencias en los modos de encarar el quehacer económico y el orden sociopolítico. La influencia de tales ideas y valores va mucho más allá, pues se extiende al conjunto de la vida social. Al respecto, existe un segundo *insight*, también clave, sintetizable en la expresión “transmutación de medios en fines”. Para Furtado, el progreso técnico y la acumulación son por su naturaleza esencialmente instrumentales, de tal modo que presuponen la propuesta y búsqueda conciente de ciertos fines o propósitos. Y lo que tiende a suceder, principalmente a lo largo de los procesos de industrialización, es que ciertos propósitos de la cultura material, como la maximización de la ganancia y los métodos de regulación y de incitación al trabajo, adquieren el *status* de fines, tendiendo a oscurecer o sustituir aquellos otros fines propios de la cultura no material que enriquecen la existencia humana.

Presente durante la industrialización de la periferia latinoamericana, esta tendencia se torna aun más fuerte cuando la revolución tecnológica en curso va penetrando en esta última, pues el acatamiento de ideas y valores foráneos trae consigo expectativas de profundización continua, y virtualmente sin límites, de dicha revolución tecnológica, y también del aumento sostenido y generalizado del bienestar y de la riqueza. Como es claro, con la presencia de tales expectativas, los medios materiales necesarios para el impulso al desarrollo son percibidos como sus fines prioritarios y casi exclusivos,

produciéndose como contrapartida una fuerte desfiguración de los altos fines no materiales que verdaderamente enriquecen la existencia humana.

## EL DESARROLLO ENDÓGENO: VISIÓN GENERAL

El ítem anterior apenas si delinea las principales características del “proceso de subdesarrollo”. Sin embargo, esa breve referencia sirve de base para levantar la pregunta sobre cómo impedir la continuidad de dicho proceso, superando el subdesarrollo y/o la “condición periférica”. Respecto de tal superación, Furtado introduce un nuevo concepto de gran relevancia actual, tanto del punto de vista analítico como práctico: el “desarrollo endógeno”. Este converge con otros conceptos de aparición reciente, de los que son ejemplo la “transformación productiva con equidad” (CEPAL), el “desarrollo desde dentro” (Sunkel), el “desarrollo autocentrado” (Ferrer), y también el “desarrollo nacional” (Cardoso), al que se vuelve más adelante.

Ellos tienen mucho en común, entre sí y con el concepto de desarrollo endógeno, pero sólo este último encuentra arraigo en una percepción del sistema global de la cultura y de su devenir. En efecto, sintéticamente, puede decirse que tal desarrollo consiste en dar curso a las energías creadoras que permanecen latentes en la identidad cultural propia. En otras palabras, se entiende que esa liberación de energías, ese despertar y esa dinamización de la creatividad en los diversos ámbitos de la cultura propia son percibidos como la fuerza propulsora esencial de su desenvolvimiento sostenido.

En la estrategia implicada en el “desarrollo endógeno” se propone la superación de la heterogeneidad social como objetivo explícito. En buena medida, las condiciones para alcanzarlo se inscriben en el ámbito económico: suponen un crecimiento elevado y sostenido, con apoyo en un patrón de cambio de la estructura productiva que contemple alteraciones en la estructura de la ocupación, conducentes a la resolución gradual de los problemas peculiares de esta última, y en particular, la reabsorción paulatina del subempleo en actividades de productividad “normal” (i.e., cercana a la que permiten las técnicas disponibles). Asimismo, se entiende que los cambios productivos habrán de combinar los incrementos de las exportaciones y de la sustitución de importaciones, de modo de impedir la emergencia de desequilibrios externos comprometedores de la continuidad del crecimiento global.

Un segundo conjunto de condiciones pertenece al ámbito sociopolítico. Según Furtado, el desarrollo endógeno requiere de una intencionalidad: supone un respaldo social, y asimismo, un impulso político deliberado, que atañe no sólo a las transformaciones económicas antedichas, sino también a la renovación de los marcos jurídico-institucionales requeridos por los cambios recién mencionados. De más en más se reconoce que las relaciones geopolíticas han venido sufriendo mutaciones desfavorables para los países periféricos, entre ellos los de América Latina. Cuando se las observa, se afianza la percepción de que dichas mutaciones han tenido una incidencia significativa en la hegemonía preexistente, tendiendo a desdibujar sus bases de sustentación. Puede entonces admitirse que, en los días que corren, las necesidades de acción en el ámbito sociopolítico que el “desarrollo endógeno” requiere pasan por las complejidades de la recomposición de una hegemonía política. Es decir, envuelven la cuestión de cómo reconstituir las bases del poder, a través de la coordinación de objetivos entre distintas clases y grupos internos, redefiniendo la adecuación de intereses nacionales y foráneos, de modo de viabilizar la estrategia de desarrollo propugnada.

Resta volver al tercero de los ámbitos a que antes se hizo referencia. Según se aduce, existen elementos del pasado – en particular, algunos de los que se inscriben en ese ámbito – que, traídos a la superficie, resultan de gran relevancia para ir perfilando la identidad propia, para permitir que ésta tome fuerza y dinamismo. En otros términos, como señala explícitamente Furtado, el concepto de identidad cultural envuelve la idea de mantener con el pasado una relación enriquecedora del presente.

Pero esta relación no excluye, sino que supone, la necesidad de actuar de forma deliberada, procurando que viejas raíces expresen su fuerza aun latente en nuevos frutos. Dicho de otro modo, se postula la necesidad de contar con una política cultural que detone la creatividad en los distintos ámbitos de la cultura, y especialmente en el tercero; pues es en él donde se inscriben los fines más elevados, y potencialmente más movilizados, del propio “desarrollo endógeno”: aquellas ideas y valores, incluidos ciertos valores éticos claves, que marcan sus grandes orientaciones y sus fines más relevantes.

## HACIA UNA RENOVACIÓN DE LA AGENDA DEL DESARROLLO

Como ya se anticipó, el presente ítem procura ampliar los contenidos propios de una agenda del desarrollo, considerando problemas y fenómenos recientes, como los asociados a los rápidos procesos de avance técnico y de globalización que vienen dándose en la economía mundial. Asimismo, se indicó anteriormente que las consideraciones con que se procura cubrir tales contenidos brindan especial atención a los aportes de Celso Furtado relativos a los nexos entre desarrollo y cultura. Cabe ahora explicitar que también se han tenido en cuenta distintas contribuciones de la corriente estructuralista latinoamericana al abordaje de los temas considerados a continuación. Conviene re-explicitar cuáles son ellos: la ocupación de la fuerza de trabajo; la inserción externa, así como sus implicaciones en materia de cooperación internacional; las asimetrías financieras y su incidencia en la conducción macroeconómica; la relevancia de las relaciones sociopolíticas, a su vez asociadas al papel del Estado; la identidad cultural, fundamento clave de los procesos de desarrollo, globalmente considerados.

### La ocupación de la fuerza de trabajo

i) En el abordaje de aquellos contenidos, se parte brindando particular énfasis a los problemas ocupacionales. Puesto de forma más directa, se entiende que una estrategia de desarrollo conducente ha de tener como eje principal la resolución de esos problemas. En otros términos, se postula que las estrategias concebidas para el desarrollo de economías de tipo periférico deben diagramar y contemplar la ocupación de toda la mano de obra disponible en condiciones de productividad creciente.

La razón genérica de esta prioridad y de este énfasis radica en que la heterogeneidad estructural, que se expresa en la coexistencia de empleo y subempleo, no se resuelve con la libre operación de los mercados: requiere de políticas deliberadas y persistentes. Pero además, existe otra razón de peso, y a la vez de mayor gravedad. Los problemas del ámbito ocupacional parecen verse agravados en los años ochenta y noventa, y en particular a partir de la segunda de estas décadas, a consecuencia de la revolución tecnológica en curso y del concomitante proceso de globalización, a lo que todo indica acompañados por una considerable agudización del desempleo abierto

y por crecientes dificultades en el ámbito del subempleo estructural, en las economías del tipo antedicho.<sup>8</sup>

ii) La prioridad recién aludida no obedece al simple *desideratum* de lograr, a través de mejores condiciones ocupacionales, ciertas bases para ir avanzando en los estándares de justicia social. Y aunque estos avances puedan y deban considerarse como deseables, la explicación fundamental es otra: tales condiciones se configuran como requisitos de la *viabilidad y eficiencia* económicas del desarrollo periférico – de superación de los problemas de carácter estructural que lo traban o entorpecen –, requisitos éstos a los que se vuelve más adelante.

Debe tenerse presente que la estrategia bajo consideración supone aumentar gradual pero persistentemente la productividad del trabajo en las diversas capas técnicas que constituyen la estructura ocupacional de la periferia. Vale decir que, por un lado, ese aumento ha de darse en ciertos “núcleos dinámicos” donde preexisten condiciones de competitividad internacional, así como en otros que se vayan creando o consolidando, a raíz de que la brecha tecnológica resulta reducida y puede ser fácilmente saldada; y que además, los aumentos de la productividad también han de verificarse en el otro extremo, i.e., en las actividades de productividad muy baja que albergan el subempleo, pero también en las demás capas técnicas de niveles intermedios de productividad, que completan la configuración de la estructura ocupacional. Asimismo, los aumentos de la productividad en las sucesivas capas técnicas – o mejor, en diversos conjuntos de actividades que las componen – deben ser tales que se vayan alcanzando, paso a paso, niveles compatibles con los que requiere la competitividad internacional.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Sin desmedro de reconocer que su revisión y complementación son aun necesarias, se han podido reunir evidencias empíricas de las que dinama que el nuevo paradigma tecnológico – asentado en el rápido desarrollo y difusión internacional de las llamadas “tecnologías de la información” – viene generando dos efectos negativos en múltiples economías periféricas, sobre todo a partir de los años noventa. El primero es la reducción de los ritmos de aumento del empleo. El segundo consiste en la merma de las oportunidades de acceder al subempleo, i.e., a ocupaciones de baja productividad, alternativas al desempleo abierto. Ambas tendencias se encuentran examinadas para el caso brasileño en Rodríguez, O., “Heterogeneidad estructural y empleo”. En: Revista de la CEPAL, número especial, oct. 1998.

<sup>9</sup> La expresión “capas técnicas” se debe a Prebisch. La misma apunta a alterar la diferenciación dicotómica entre empleo y subempleo, a la que se ciñen muchos escritos estructuralistas. Tal expresión resume parte del sustento analítico de la última obra de dicho autor, titulada “Capitalismo periférico. Crisis y transformación” (1981).

iii) Una estrategia como la que se viene sugiriendo supone la diagramación, la puesta en práctica y la actualización frecuente de políticas tecnológicas y productivas, así como de políticas concernientes a sus bases institucionales de sustentación y coordinación. Entre estas últimas, merecen destaque las que dicen respecto a la constitución y/o desenvolvimiento de un Sistema Nacional de Innovación.<sup>10</sup> En tanto destinadas a lograr aumentos sostenidos y generalizados de la productividad del trabajo, aquellas políticas conciernen directamente a la superación de uno de los condicionamientos negativos del desarrollo de la periferia, a saber, la heterogeneidad estructural, i.e., la prolongada presencia de vastos contingentes de mano de obra ocupados a niveles de productividad muy reducidos. En tanto orientadas a ir alcanzando aumentos concomitantes de la competitividad, dichas políticas atañen, también directamente, a la inserción internacional de la misma: al logro de niveles tecnológicos y de grados de diversificación productiva, de modo de evitar el escollo externo, o sea, la reiteración de problemas de balanza comercial y de pagos entorpecedores de la continuidad de su desarrollo.

### La inserción internacional

i) Desde este segundo ángulo, en las políticas tecnológicas, productivas e institucionales antes mencionadas han de estar contemplados ciertos aspectos especiales de la estrategia general de desarrollo, que a veces se resumen bajo la designación de “estrategia mixta”.<sup>11</sup> En esencia, ésta supone una orientación deliberada del comercio exterior que contemple el impulso a las exportaciones y el estímulo a la sustitución de importaciones, y también el designio explícito de irlos realizando compatiblemente, a lo largo del tiempo. Sin embargo, en los días que corren, una “estrategia mixta” ha de tener en cuenta cierta cuestión de particular relevancia. La globalización y el pro-

<sup>10</sup> No sin conexión con trabajos previos de Fernando Fajnzylber, los documentos de la CEPAL que, desde los años noventa, apuntan a renovar sus propuestas estratégicas, ponen énfasis en la necesidad de impulsar políticas tecno-productivas y de procurarles apoyo en Sistemas Nacionales de Innovación reconstituidos y ampliados. El primer ejemplo de esta postura básica, que se repetiría con matices a lo largo de aquellos años y en los de la década posterior, se encuentra en “Transformación productiva con equidad” (CEPAL, 1990).

<sup>11</sup> La expresión “estrategia mixta”, que sintetiza la necesidad de asentar las estrategias del desarrollo periférico en la expansión de las exportaciones, y a la vez, en el aumento del mercado interno y de la producción que se le destina, se encuentra presente en Ocampo, J. A. “Structural dynamics and economic growth in developing countries”. CEPAL, mimeo, 2003, p. 35.

greso técnico acelerado condicionan la absorción de este último en la periferia. Para ir logrando esa absorción, se requiere someterla al acicate de la competencia internacional. Ello implica, a su vez, recurrir a niveles mínimos y transitorios para las medidas de promoción y/o protección que favorezcan la expansión exportadora y la sustitución de importaciones.

Por su propia índole, una revolución tecnológica abre cauce a nuevas pautas de división técnica del trabajo, facilitando con ello la apertura de nuevas vías para la división internacional del trabajo.<sup>12</sup> Sin embargo, ha de considerarse que el progreso técnico acelerado de años recientes se viene dando en el ámbito de un sistema centro-periferia en el cual existe y se reitera una disparidad tecnológica negativa, desde el ángulo del polo periférico. En otros términos, a medida que el avance tecnológico procede, dicho polo logra en parte beneficiarse de él, pero al mismo tiempo enfrenta reiteradas desventajas en distintas esferas técnicas y ámbitos organizacionales de la producción de bienes y servicios.

Así pues, en la brecha tecnológica, así como en la necesidad que ésta impone de lograr paso a paso condiciones de competitividad externa en distintas actividades, radica la razón estructural, de fondo, por la cual no es dable pensar que en la periferia como un todo, o en un conjunto de economías de grandes dimensiones que la representen, se pueda alcanzar una tasa de crecimiento elevada y sostenida con base en las exportaciones operando como sector de punta o de arrastre del mismo. De la brecha tecnológica deriva, igualmente, que la consecución de dicha tasa requiere también un aumento alto y sostenido de la producción para el mercado interno (con el tiempo, de más en más competitiva con producción similar susceptible de importarse).<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Señálese, al pasar, que un buen tránsito por estas vías no depende ni deriva de la simple liberalización del comercio: exige políticas incisivas de promoción de exportaciones, así como condiciones favorables de acceso a los mercados de los grandes centros industriales, que se encuentran a la vanguardia del progreso técnico. Ambos elementos estuvieron presentes en los casos exitosos de crecimiento del sudeste asiático.

<sup>13</sup> Un ritmo elevado de aumento de la producción para el mercado interno no implica, necesariamente, una merma del coeficiente de apertura, en el desarrollo periférico. Dicho coeficiente podrá variar en el tiempo, en dependencia del tipo de economía periférica de que se trate y de los patrones de su desarrollo previo. Asimismo, se reconoce generalmente que en diversas economías latinoamericanas existen condiciones para dinamizar las exportaciones y/o para ampliar el grado de apertura, aprovechando las oportunidades de renovar los patrones de especialización brindadas por el progreso técnico.

ii) El impulso a las exportaciones y el estímulo a la sustitución de importaciones – bien como las políticas tecnológico-productivas e institucionales que se destinan a lograrlos – constituyen *condición de viabilidad* del desarrollo periférico, en virtud de que un objetivo primordial de las mismas consiste, justamente, en obviar el escollo externo y permitir la continuidad de ese desarrollo. Pero además, en tanto con tales políticas se vaya pautando el cierre de la brecha tecnológica (induciéndolo en conjuntos de actividades en los que dicho cierre resulte más amplio y rápido), y en cuanto se proceda con creciente apertura externa, la “estrategia mixta” estará contemplando, a la vez, el cumplimiento de condiciones de competitividad, y por ende, de **condiciones de eficiencia**.

Sin embargo, como se señaló líneas arriba, tales políticas no se aplican sólo a las actividades más directamente relacionadas con el sector externo, sino a las comprendidas en todas las capas técnicas constitutivas de la estructura ocupacional de la periferia. Tiene ello la doble implicación señalada con anterioridad. Por un lado, tales políticas se configuran como *condiciones de viabilidad* del desarrollo, pues los aumentos de productividad que suscitan están en la base de incrementos del mercado interno, en los cuales se van logrando realizar los niveles ampliados de producción de bienes y servicios que se le destinan. Por otro lado, enfocándolas desde una perspectiva dinámica, se percibe que las políticas antedichas originan *condiciones de eficiencia*: con la productividad se incrementan los niveles del excedente económico y las potencialidades de aumento del ahorro interno, abriéndose chances de lograr ritmos de acumulación y crecimiento de otro modo inalcanzables.

Adicionalmente, cabe señalar que la tendencia al déficit comercial que la brecha tecnológica genera en el desarrollo periférico impone límites al financiamiento externo del mismo, debido a los efectos sobre las cuentas externas provocados, a la larga, por el pago de sus servicios. Así pues, también desde este ángulo, los aumentos del ahorro interno virtualmente derivables de las políticas de elevación de la productividad del trabajo se configuran como *condición de viabilidad* del desarrollo periférico.<sup>14</sup>

<sup>14</sup> A los requisitos de expansión del ahorro interno, así como a la necesaria complementariedad del mismo con el ahorro externo, se hace referencia en “América Latina y el Caribe: políticas para mejorar la inserción en la economía mundial”. Cepal, 1995, cap. 10.

iii) En la noción de excedente que subyace en las consideraciones previas, se lo entiende como la diferencia entre producto y salarios. Esta noción conduce a señalar que las condiciones de viabilidad y eficiencia antes mencionadas no definen una estrategia de desarrollo única. En verdad, se ha venido haciendo referencia a cierto conjunto de alternativas, a cada una de las cuales corresponde cierto patrón de distribución funcional del ingreso, a su vez vinculado a la evolución del nivel de los salarios, y/o al reparto del producto entre la masa de salarios y el excedente (que equivale, pues, a la suma de las rentas de la propiedad).<sup>15</sup> Se entiende, asimismo, que las magnitudes del excedente dependerán de la distribución personal del ingreso, también condicionante de la medida en que el mismo se vierta hacia el ahorro, sosteniendo la acumulación de capital, o se utilice en aumentos del consumo de bienes y servicios.

Se acaba de poner de manifiesto la existencia de vínculos entre los incrementos de la productividad en las sucesivas capas técnicas (clave de las estrategias de desarrollo y fuente esencial del excedente económico), el ahorro (parte del excedente que sostiene la acumulación de capital) y la distribución funcional y personal del ingreso. Pero la distribución no depende sólo ni principalmente de los mecanismos de mercado. Ella resulta fuertemente influida por relaciones sociales no económicas, o mejor, por relaciones de poder económico y político, así como por el modo en que éstas inciden en el Estado, y en su capacidad de estimular conductas que afecten el uso del propio excedente.

La consideración de los patrones distributivos que acompañan el desarrollo revela que las distintas estrategias capaces de impulsarlo resultarán, a un tiempo e indisolublemente, económicas y políticas. Ya se volverá sobre este doble carácter de las mismas. Importa ahora reconsiderar sus aspectos económicos, poniendo de relieve el papel decisivo que el estructu-

<sup>15</sup> Una estrategia única puede asociarse a la consecución del óptimo que supuestamente derivaría de la asignación de una cantidad dada de recursos, a través del libre juego de las fuerzas del mercado. En cambio, las distintas alternativas aquí mencionadas resultarán todas eficientes, desde una perspectiva dinámica: cada una de ellas viabilizará un crecimiento máximo, dados los respectivos niveles de excedente económico y el uso que de él se realice. En principio, en cada alternativa pueden explicitarse los patrones de distribución del ingreso correspondientes y considerarse su viabilidad política. En parte, esta última puede entenderse como condicionada por el grado en que se logre acotar el consumo de los sectores de altos ingresos, posible base de un círculo virtuoso entre acumulación y equidad.

ralismo latinoamericano atribuye a las políticas adoptadas por las economías periféricas para ir transformando sus estructuras productivas. Es con base en esta óptica que se enfatiza, también, la gran relevancia de la que genéricamente se denomina “cooperación internacional”. La razón de su relevancia depende, en último término, de que periferia y centro son dos polos de un mismo sistema, de tal forma que las transformaciones que se vayan dando en la primera se ven condicionadas – *a fortiori* – por las que paralelamente se verifiquen en el segundo.

iv) Además de esta razón de base, las grandes complejidades imbricadas en estrategias como las antedichas, que se orientan hacia el difícil objetivo de superar el subdesarrollo, obligan no sólo a buscar un reconocimiento internacional genérico sobre la necesidad de adoptarlas, sino también a concertar criterios y acciones conducentes, tanto del punto de vista de dicho objetivo, como de ciertos intereses compatibles y virtualmente legítimos de los grandes centros.

Un primer aspecto de esta cuestión atañe a la puesta en práctica de un “trato especial y diferenciado” de nueva índole, en el sentido de que implique aceptar el fomento temporal al esfuerzo exportador de la periferia, y también a la sustitución de importaciones que en ella se emprenda. Como es claro, esta aceptación apunta a obviar el escollo externo. Pero para lograrlo se requiere recurrir también a políticas deliberadas en el otro polo del sistema, consistentes en la apertura preferencial de sus mercados a las exportaciones de la periferia.

Conviene tener presente que – dada la propia restricción externa – el aumento de las exportaciones de esta última inducirá un aumento concomitante de sus importaciones, favoreciendo la dinámica externa en general, y por ende, la de los propios centros. En otras palabras, se trata de concertar políticas comerciales que lleven a hacer uso de las oportunidades de la división internacional del trabajo abiertas por la reciente aceleración del cambio técnico, oportunidades de las que, a su vez, derivarían aumentos de la productividad del trabajo, de la acumulación y del crecimiento en ambos polos del sistema.

La idea subyacente en el párrafo anterior evoca a la que, en la concepción de Prebisch, puede caracterizarse como la *industrialización mancomunada*:

una apertura de los centros a las exportaciones manufactureras de la periferia permitiría a esta última ampliar sus importaciones industriales desde los primeros. Se iría suscitando, así, una nueva división internacional del trabajo en el ámbito de la industria, con efectos benéficos para los ritmos de crecimiento de las exportaciones y del producto de ambos polos. Según se piensa, cabría esperar un efecto semejante, en los días que corren, a base de un *progreso técnico potenciado*, que se vaya logrando por su mayor difusión mundial, y por los aumentos de productividad que acompañen a una más amplia división internacional del trabajo, contracara de esa difusión.

v) Atando las dos puntas del argumento anterior, se aprecia que el “trato especial y diferenciado” a que el mismo se refiere, además de transitorio, encuentra su justificación y su razón de ser en el aprovechamiento de las potencialidades brindadas por el progreso técnico. Sin embargo, una buena parte de las normativas e instrumentos vigentes se asienta en relaciones de poder asimétricas, claramente desfavorables para la periferia, que parecen estar comprometiendo su desarrollo, a través de la que puede denominarse “globalización perversa”.

A bien de la brevedad, apenas si se mencionan algunos aspectos de tales normativas e instrumentos: las disposiciones que enmarcan las políticas agrícolas de los centros, y las restricciones en otros rubros relevantes (de las cuales son ejemplo las que afectaron al acero, en tiempos recientes); las regulaciones en materia de marcas y patentes, así como los esquemas generales de protección de la propiedad intelectual, implementados hasta límites capaces de dificultar o acotar las transferencias de tecnología; los grados de libertad extremos que se procura establecer para la inversión extranjera directa y para la acción de las empresas transnacionales, con consecuencias desfavorables en lo que respecta a dichas transferencias, y también con efectos negativos sobre los problemas del sector externo.

Un segundo elemento clave de la cooperación internacional es el del financiamiento a largo plazo del desarrollo periférico. Los recursos externos requeridos para el mismo se configuran como elemento esencial para complementar la capacidad interna de ahorro mientras ésta resulte aún reducida, y asimismo, para compensar dificultades transitorias que puedan ir dándose en la balanza de pagos. A estas dos funciones tradicionalmente reconocidas, se suma la de la necesidad de brindar apoyo a políticas activas

en materia de ocupación, de inducir alzas persistentes de la productividad del trabajo en las sucesivas capas técnicas y de atenuar los problemas distributivos, compatibilizando la reiteración de estas metas con la continuidad de los ingentes (y nada fáciles) esfuerzos de acumulación requeridos, desde un comienzo, en las estrategias del desarrollo periférico.

vi) Como puede verse, las consideraciones precedentes otorgan a la “cooperación internacional” un sentido especial, similar al que inicialmente le brindara Prebisch.<sup>16</sup> No se trata de simples ayudas compensatorias de situaciones de desventaja, de la índole y del tono de las que se propugnan y elaboran para el combate a la pobreza en las economías en desarrollo. Sí se trata de políticas con arraigo principal en medidas emprendidas al interior de dichas economías, que apuntan a elevar en las mismas la productividad y a ampliar sus mercados, y que por ende se configuran como compatibles con otras que se tomen en las economías centrales, de modo que las primeras y estas otras, de consuno, den curso a ritmos más elevados de progreso técnico, de acumulación y de crecimiento, en la economía mundial en su conjunto. Hacia igual dirección apuntan los procesos de integración regional y subregional, los cuales bien pueden originar niveles de productividad más elevados, con base en las transformaciones tecnológicas y productivas que el desarrollo supone, y con ello, grados de competitividad y eficiencia también más altos, tanto a través de los intercambios intrazonales como en el comercio con el resto del mundo.

### Asimetrías financieras y conducción macroeconómica

i) Más allá de la restricción estructural y de largo plazo impuesta por la tendencia al desequilibrio comercial, a su vez asociable a la brecha tecnológica, las economías periféricas pasan por períodos de bonanza en que esa tendencia se atenúa y el crecimiento se sostiene – raíz, *n. gr.*, de la intensidad del dinamismo de las economías centrales y/o de la mejora de los términos del intercambio – y por otros períodos de signo contrario, en que la emergencia del desequilibrio comercial pasa a operar como traba al crecimiento periférico.

<sup>16</sup> Una versión amplia y articulada de este tema se encuentra en Prebisch, R., “La cooperación internacional en la política de desarrollo latinoamericano”, Santiago de Chile: Naciones Unidas, 1973 (Serie Conmemorativa del XXV aniversario de la CEPAL) (1a. versión: 1954).

El nuevo paradigma ha traído consigo mutaciones muy significativas en la operatoria de estos movimientos. En general se reconoce que los choques externos relacionados con el comercio siguen siendo importantes, pero asimismo se señala la especial relevancia adquirida por los choques financieros, que han pasado a jugar un rol protagónico en el funcionamiento y evolución de las economías de menor desarrollo.

En este sentido, cabe señalar que la revolución tecnológica en curso trae consigo ciertos cambios de gran significado en las relaciones financieras, al tiempo que se constituye como factor de impulsión de los mismos. Un aspecto clave de esos cambios consiste en el ingente crecimiento del número y valor de los activos en que dichas relaciones se plasman, y de la creciente desproporción que van adquiriendo respecto del conjunto de los activos reales. Esta desproporción, y la “financierización de la riqueza” que envuelve, trae consigo la necesidad de realizar ganancias en los propios mercados financieros, lo que a su vez conlleva incrementos considerables de las transacciones realizadas en dichos mercados, y acentúa el carácter especulativo de dichas transacciones.

ii) La mundialización de los mercados financieros, así como la acentuación de las tendencias especulativas que la acompaña, inciden en el sentido de aumentar fuertemente la vulnerabilidad externa de los países en desarrollo. Más allá de la inestabilidad intrínseca de tales mercados, subyacente en la desproporción antes mencionada, la grave vulnerabilidad de las economías periféricas se asocia a la menor profundidad de su desarrollo financiero, o con más precisión, a las asimetrías existentes entre sus estructuras financieras y las que prevalecen en los grandes centros. J. A. Ocampo<sup>17</sup> destaca cuatro asimetrías básicas: i) el tamaño reducido de los mercados financieros periféricos, en cotejo con las presiones especulativas originadas fuera de fronteras que deben enfrentar; ii) las estructuras de plazos desventajosas que les proporcionan dichos mercados; iii) los alcances limitados que presentan en ellos los mercados secundarios; y finalmente, iv) el carácter también foráneo de la moneda en que se ve denominada su deuda externa.

<sup>17</sup> En “Raúl Prebisch y la agenda del desarrollo en lo albores del siglo XXI”. Revista de la CEPAL, (75) 2001, p. 28.

Apreciando en conjunto las tres primeras asimetrías, se percibe que los mercados financieros de los países en desarrollo son sensiblemente más incompletos que los mercados internacionales, de tal modo que, en dichos países, una parte de la intermediación financiera ha de llevarse a cabo, necesariamente, en estos mercados. La incompletitud mencionada, en alianza con el hecho de que las monedas internacionales son las de los centros, guarda relación con el carácter pro-cíclico de los flujos de capital, en los países en desarrollo. Durante los períodos de bonanza, los recursos en que esos flujos se sustentan son de fácil disponibilidad y concurren hacia ellos sin mayores obstáculos. Sin embargo, cuando sobrevienen indicios de depresión, los agentes que acceden al crédito externo (los gobiernos y las grandes empresas) se ven enfrentados con más frecuencia a descalces de monedas; y los que no poseen esa capacidad (las empresas medianas y pequeñas) padecen descalces de plazos. Ambos son síntomas de situaciones financieras desfavorables, o de aumento de los riesgos que ellas envuelven; cuyos síntomas contribuyen a un cambio de expectativas que merma y encarece la disponibilidad de recursos, o aun, induce su salida.

iii) Estas tendencias se vinculan, asimismo, con el carácter residual de los flujos concernientes a los países antedichos. Diverso es el caso de los centros, en los cuales – según muestra la bibliografía especializada – los flujos de capital presentan un comportamiento anticíclico: su disponibilidad y utilización se acrecientan cuando la bonanza los requiere, y se ajustan cuando la coyuntura cambia de signo. Es así que las economías centrales cuentan con posibilidades de adoptar políticas macroeconómicas anticíclicas, mediante la inclusión de medidas estabilizadoras de los mercados financieros.

Contrariamente, las economías en desarrollo no cuentan con los mismos márgenes para llevar a cabo una conducción macroeconómica que induzca resultados similares. Esto porque los comportamientos de los actores en mercados financieros residuales coadyuvan a la agudización del ciclo; mientras, las propias autoridades se enfrentan a la necesidad de responder con medidas compensatorias que producen, también, efectos pro-cíclicos. Otro tanto sucede con arreglos multilaterales vehiculados por el FMI, pues si bien proporcionan alivios temporarios, “están dirigidos a garantizar la

adopción de paquetes de austeridad, durante las crisis”; o si se quiere, a impulsar “una macroeconomía de depresión”.<sup>18</sup>

iv) Las breves referencias precedentes sirven al menos para poner de manifiesto que las asimetrías financieras no favorecen los patrones de financiamiento internacional a largo plazo que coadyuvarían a la buena marcha del desarrollo periférico. Al contrario, en períodos recientes, se constata una presencia marcante de capitales de corto plazo, signados por fuertes tendencias especulativas. Estas contribuyen a acentuar la volatilidad de dichos capitales, y con ello, el carácter pro-cíclico de sus flujos, generando serias dificultades para una conducción apropiada – estabilizadora – de las políticas macroeconómicas (fiscales, monetarias y cambiarias), políticas que, a su vez, tienen como requisito esencial la continuidad del crecimiento económico.<sup>19</sup>

Cabe señalar que la ruptura de la asimetría antedicha pasa, en lo esencial, por un cabal desenvolvimiento de los mercados financieros de las economías periféricas, que contemple una presencia más plena de los segmentos de largo plazo y secundario en dichos mercados. Por otra parte, se agrega ahora que la cooperación internacional no puede restringirse a la simple ampliación del financiamiento a largo plazo del desarrollo periférico. Los buenos resultados de este financiamiento (y la propia continuidad del desarrollo) dependerán del logro de respaldo para la difícil conducción de políticas macroeconómicas anticíclicas, y muy en particular, del respaldo de una institucionalidad internacional adecuada. Dicho en otras palabras: desde el ángulo de la cooperación internacional, la regulación global de los mercados financieros se configura como un elemento esencial a considerar en una agenda de negociaciones, y como una meta de gran interés para los países en desarrollo.

### Relaciones sociopolíticas y papel del Estado

i) En consideraciones anteriores, atinentes a la distribución del ingreso, se sugirió que las pugnas que se establecen en torno a la misma constituyen un claro indicio de que las relaciones a tener en cuenta en una estrategia de desarrollo son a la vez económicas y sociopolíticas. Pero hay más: para

<sup>18</sup> Ocampo, J. A., *op. cit.*, p. 29.

<sup>19</sup> La percepción del crecimiento como requisito de la estabilidad macroeconómica ha sido explicitada en diversas obras de R. French-Davis, entre ellas en reciente artículo titulado “Macroeconomía para el crecimiento y globalización financiera: cuatro puntos estratégicos”. CEPAL, mimeo, 2004.

configurarse como viables y eficientes, tales estrategias han de contemplar cambios estructurales profundos: mutaciones en la estructura de la ocupación que contemplen alzas persistentes de la productividad del trabajo, en sus distintas capas técnicas; y también alteraciones en la estructura productiva subyacente, compatibles con patrones de reinserción internacional capaces de ir obviando el escollo externo en la periferia, y favoreciendo la dinámica del comercio mundial en su conjunto.

Por su propia naturaleza “estructural” (por la extrema complejidad que envuelven), estos cambios resultan irrealizables a través de la sola operatoria de los mecanismos de mercado. En conexión con ello, ha de reconocerse que el análisis de los fenómenos económicos, aun cuando comience abstrayendo otros fenómenos de índole social y política, a la larga ha de insertarse en un marco en que se consideren sus interacciones y condicionamientos recíprocos.

Un camino hacia esa perspectiva pasa por el abordaje del tema del Estado, que desde la misma adquiere especial relevancia. Tal abordaje atañe en forma directa al papel que éste ha de desempeñar en la conducción económica y, más en general, en el diseño y consecución de objetivos a la vez económicos y sociales. Este aspecto clave del papel del Estado se encuentra estrechamente ligado a otros dos: uno es el de las relaciones sociopolíticas que le sirven de base de sustentación; y el segundo, el de las relaciones geopolíticas en que se encuentra inmerso.<sup>20</sup>

ii) De la mano del proceso de globalización, se ha venido produciendo una presencia renovada e intensificada de capitales e intereses foráneos al interior de los países de la región latinoamericana; y esto en el sentido de que dicha presencia se verifica en más ramas y sectores, entre ellos los financieros, con niveles de concentración también mucho mayores. Dada su índole y magnitud, la presencia aludida viene acompañada por un reencuadramiento de las relaciones sociopolíticas, que abarca no sólo a las que se

<sup>20</sup> Esta doble perspectiva evoca el concepto más frecuente y conducente de dependencia, que la define como relación estructural externo-interna. De acuerdo con dicho concepto, “la acción de los grupos sociales, que en su comportamiento ligan de hecho la esfera económica y política (...) (se refiere tanto a la nación como)(...) a sus vinculaciones de todo orden con el sistema político y económico mundial. La dependencia encuentra así no sólo expresión interna sino también su verdadero carácter como modo determinado de relaciones estructurales: un tipo específico de relación entre clases y grupos que implica una situación de dominio que conlleva estructuralmente la vinculación con el exterior”. Cardoso, F. H. y Faletto, E. , “Dependencia y desarrollo en América Latina”, México: Siglo XXI, 1969, p. 29.

constituyen entre clases y grupos internos, sino también a las relaciones de éstos con grupos e intereses foráneos. Cambian, por ejemplo, el peso relativo y los patrones de conexión entre intereses productivos y/o financieros atados a los grandes capitales transnacionalizados, y aquellos cuyas raíces son esencialmente territoriales.

Puesto en otros términos, al alterarse cierta relación estructural externa básica (mencionada en la nota de pie de página 20), se trastocan los fundamentos de la hegemonía política preexistente. Pero esa alteración revulsiva de las bases del poder político resulta indisociable de las relaciones geopolíticas en que éste se inscribe, a través de las cuales se impulsan cambios en las regulaciones de la economía mundial, implementados con la mediación y el apoyo de los organismos internacionales de mayor relevancia.

Los países de la periferia se ven, así, subsumidos en pautas atenuadas y flexibles de control de la inversión extranjera directa y de los movimientos del capital financiero. La consecuente acentuación de su vulnerabilidad externa – notoria a través de las carencias reales o potenciales de reservas de divisas – trae consigo una reducción de los márgenes de maniobra de los Estados, que resultan en especial restringidos en distintos ámbitos de las políticas macroeconómicas de corto plazo.

iii) En síntesis, de consuno con el reciente proceso de globalización, se modifican significativamente las relaciones sociopolíticas, oscureciendo y haciendo más complejos los caminos apropiados para su transformación ulterior. Mirados desde la perspectiva de los países periféricos, los cambios concomitantes en las relaciones geopolíticas les resultan claramente desfavorables, expresando una nueva correlación de fuerzas que conlleva el aumento de las dificultades para concertar una estrategia propia de negociación internacional. Estas dos mutaciones se asocian a una tercera: en contraste con la reconocida necesidad de un intervencionismo decidido, el papel del Estado viene reformulándose a base de posturas que, en mayor o menor medida, se aproximan a las minimalistas, de las cuales derivan efectos desfavorables para la conducción económica y el desarrollo, así como para la mejora de las condiciones de fuerte inequidad social.<sup>21</sup>

<sup>21</sup> Entre las visiones que definen el rol del Estado con vistas a impulsar estrategias de desarrollo con “orientación de mercado”, cabe mencionar el documento del Banco Mundial titulado “El Estado en un mundo en transformación”, 1997. En “El Estado como problema y como solución” (1996), P. Evans realiza una revisión de los enfoques recientes sobre su papel en el desarrollo.

El precedente es un párrafo de negativas. Como contracara de ellas, cabe esbozar ciertas consideraciones sobre los caminos por transitar, marcados ciertamente por graves dificultades. En los días que corren, la reformulación de las estrategias de desarrollo ha de comenzar por el planteo explícito de ecuaciones políticas y geopolíticas. Es decir, por la búsqueda de acuerdos internos amplios e inclusivos, y en conexión con ello, por la articulación de consensos entre países periféricos que atenúen su debilidad y favorezcan la defensa de sus posiciones en la negociación internacional. Esos acuerdos y consensos constituyen el sustrato de una redefinición conducente del papel del Estado, a la cual, sin embargo, no ha de ser ajeno el aprovechamiento de la autonomía relativa del propio Estado. Esta última se configura también como relevante para delinear los nuevos marcos jurídico-institucionales que su accionar demanda, a su vez relacionados con la consolidación de la democracia y con la profundización de sus contenidos.

### **Identidad cultural y desarrollo**

i) Las consideraciones precedentes permiten destacar ciertos aspectos de una agenda del desarrollo que se configuran como particularmente relevantes, cuando se la enfoca, desde el ángulo de las estrategias requeridas para conducirlo. Un primer aspecto destacable – implícito en aquellas consideraciones – consiste en la diagramación de las políticas tecnológicas, productivas e institucionales que conforman la base económica de tales estrategias. Dichas políticas habrán de reconocer y tener en cuenta la centralidad de los problemas ocupacionales, cuya gradual resolución abre posibilidades de acceder a opciones de distribución del ingreso más equitativas. Aquellas políticas deberán contemplar, asimismo, los patrones de reinserción externa de las economías periféricas, así como la cooperación internacional adecuada para apoyarlos e impulsarlos. También en el ámbito económico, resalta la necesidad de considerar las asimetrías financieras prevalecientes entre centros y periferia, de modo de considerarlas en el diseño de una conducción macroeconómica compatible con el desenvolvimiento de esta última. Por último, se señaló que la buena marcha de esa base económica compleja no excluye, sino que supone, la definición de los requisitos sociopolíticos de los acuerdos internos (entre éstos, los atinentes a la distribución) y de los que demanda la reinserción internacional, y en conexión con ello, la del papel que ha de cumplir el Estado.

La breve síntesis anterior facilita la percepción de que el desarrollo supone un impulso sociopolítico que oriente y favorezca las transformaciones requeridas en el ámbito económico, y que induzca y consolide los cambios necesarios en el propio ámbito sociopolítico. El presente ítem postula que la intencionalidad de ese impulso ha de extenderse, también, a un tercer ámbito, conformado por aquellos elementos de la cultura no material diversos de los que constituyen el segundo de los ámbitos mencionados.<sup>22</sup>

Como pudo verse, el cerne del desarrollo, globalmente considerado, consiste en el afianzamiento de la identidad cultural propia, y por ende requiere destrabar la creatividad en los tres ámbitos a que se acaba de aludir. Sin embargo, se entiende también que la dinamización de la creatividad, o si se quiere, la liberación de energías capaces de potenciarla, posee una fuente de gran significación en el tercero de esos ámbitos. Es que en él radican ideas y valores – entre éstos valores éticos – de importancia decisiva para consolidar los perfiles de aquella identidad, y para propulsar la creatividad capaz de sustentarla y de brindarle renovada riqueza.

ii) Para referirse a la identidad cultural, conviene volver sobre otras percepciones fundamentales de Furtado, tratando de reducir a la forma más simple su visión del fenómeno del subdesarrollo, a la luz de las características con que éste se expresa en la periferia latinoamericana.

Desde la segunda mitad del siglo XIX, ésta constituye un *locus* privilegiado de penetración del capitalismo. Como se ha indicado oportunamente, dicha penetración no se limita al ámbito material del progreso técnico y de la acumulación, sino que se extiende a los fines del desarrollo, i.e., a las ideas y valores que conforman ciertos perfiles claves de la cultura no material.

Así pues, esas percepciones más generales implican que el desenvolvimiento de la periferia latinoamericana puede y debe concebirse como reiteradas instancias de penetración cultural. Los nuevos elementos foráneos que esa penetración va incorporando, y el *mix* que producen en cada instancia con elementos preexistentes (tanto autóctonos como foráneos previamente

<sup>22</sup> Se adopta aquí la categorización de Celso Furtado, considerada con anterioridad. Como pudo verse, la misma distingue entre cultura material y cultura no material. La primera dice respecto a la tecnología y al quehacer económico. La segunda diferencia el ámbito sociopolítico y las ideas que le son propias, y además, un conjunto adicional de elementos que incluye las ideas y valores más “altos” o significativos, en tanto a ellos se liga el sentido mismo de la existencia humana.

adquiridos), resultan impeditivos de la emergencia y la expansión de una identidad cultural propia. En otros términos, no se van generando las “conexiones sistémicas” necesarias para destrabar el desarrollo (en la acepción más amplia del término, i.e., la de desarrollo cultural global) y para abrir cauce – destrabándolo – a una firme corrección de la heterogeneidad social.

iii) Las consideraciones anteriores favorecen el retorno al tema del subempleo. En ítems previos se ha puesto énfasis en un aspecto puramente cuantitativo del mismo, atinente a los niveles de la productividad del trabajo que le son propios. Al enfocarlo desde una perspectiva más amplia, un documento reciente lanza nueva luz sobre ese tema.<sup>23</sup> Se sostiene en él que las actividades que el subempleo engloba constituyen, en verdad, modos de sobrevivir logrando o autogenerando oportunidades de ocupación y remuneración, y muchas veces renovando esas oportunidades, a medida que se agotan las previamente alcanzadas. Pero además, se señala que en la puesta en práctica y en la periódica renovación de esas estrategias de supervivencia en que el subempleo consiste, se expresan grandes dosis de creatividad. Así pues, dicho documento pone de manifiesto y enfatiza que la creatividad está en la base de la consecución de medios materiales de vida.<sup>24</sup>

Sin embargo, este ejercicio de la creatividad no es desvinculable del que se produce en otros ámbitos del quehacer social. En este sentido, ha de tenerse presente que las actividades laborales que albergan el subempleo no se realizan en un limbo de relaciones puramente económicas. Como las

<sup>23</sup> Se trata de las notas de clase de Carlos Lessa sobre la “Formação do Brasil”, dictadas en el Instituto de Economía de la Universidad Federal de Río de Janeiro. Sus primeras versiones datan de 1998 y 1999.

<sup>24</sup> Cabe señalar que la reabsorción del subempleo se ve favorecida por esa creatividad, pero no depende sólo de ella. Depende también de la implementación de políticas orientadas a la elevación de la productividad de grupos de trabajadores, en las cuales participen diversos actores cercanos a esos grupos: organizaciones de la sociedad civil, entidades públicas de distintos grados de descentralización etc. Tratándose de políticas orientadas al aumento de la productividad de grupos concretos de trabajadores, se las puede denominar “políticas de transformación del atraso”. Según se concibe, ellas se inscriben y son parte esencial de las políticas de transformación productiva, y por eso mismo, difieren de las políticas puramente asistenciales, con frecuencia atadas a la visión de la pobreza como síndrome y concebidas para evitar su transmisión intergeneracional. Como es obvio, lo dicho no implica negar la utilidad de las políticas asistenciales. Conviene explicitar que las políticas sociales básicas – educación, salud, vivienda – pueden confluir hacia objetivos y políticas de transformación del atraso, a su vez ligadas a la transformación productiva. Obsérvese que existen ya, en la práctica, ejemplos de una aplicación amplia y simultánea de esos tres tipos de políticas (asistenciales, sociales básicas y de transformación del atraso). Entre ellos se destaca el de las políticas implementadas en el caso brasileño. El documento de V. Faria *et al.* (2000), titulado “Preparando o Brasil para o século XXI”, las explicita y resume.

demás actividades laborales, ellas se dan en un marco de relaciones sociales complejas. Pero en el caso del subempleo, estas últimas poseen características especiales: las relaciones que se constituyen a través del asalariamiento son comparativamente escasas; en cambio, resultan comparativamente amplias aquellas que se dan a través de la pertenencia a una variada gama de instituciones formal o informalmente estructuradas: los relacionamientos de tipo familiar, la simple vecindad, las asociaciones comunales o barriales, las organizaciones deportivas o recreativas, las iglesias y cultos.

iv) Importa señalar que tales pertenencias constituyen en sí mismas manifestaciones de la cultura popular. Mejor dicho, es en su seno y a través de ellas que se van expresando y enriqueciendo variados elementos de ese campo específico de la cultura. Como se indicó líneas arriba, el subempleo consiste en la puesta en práctica de estrategias de sobrevivencia apoyadas en la creatividad. Pero la creatividad que se plasma en dichas estrategias se inscribe en un ejercicio de la misma realizado simultánea e indisolublemente en diversas esferas de la cultura no material. Puede entenderse, entonces, que este ejercicio sea portador de las principales fuentes de un florecimiento de la cultura popular que viene haciéndose de más en más visible en América Latina, y que en muchos casos sorprende por su amplitud y dinamismo.<sup>25</sup>

¿No es dable, pues, pensar que las bases de un florecer cultural posible se hayan venido acumulando? ¿No es dable concebir que esa posibilidad, todavía trabada, se expresa como síntoma y como símbolo en el renovado enriquecimiento de la cultura popular? Por otro lado, ¿por qué el enriquecimiento de la misma ha de verse como expresión de un cambio en ciernes, en tiempos de ingente penetración foránea en los distintos ámbitos de la cultura no material? La complejidad del tema no obsta intuir una respuesta, ciertamente tentativa y preliminar. Pudiera aducirse que es en la cultura popular donde más se conservan y vuelven a hacerse presentes las raíces profundas de sucesivas culturas, cuyos sucesivos desenvolvimientos resultaron limitados o interrumpidos. También pudiera pensarse que estas trabas se dieron a lo largo de una dinámica en la cual, no obstante, han estado presen-

<sup>25</sup> Es claro que las fuentes de ese florecimiento pueden relacionarse no sólo al subempleo en sentido estricto, sino a un abanico mucho más amplio de “capas técnicas” con niveles de productividad relativamente reducidos.

tes la complejización y enriquecimiento de distintas esferas y aspectos de la cultura como un todo.

v) Esta larga historia de desarrollos culturales frustrados posee en América Latina una especificidad que ha de explicitarse y enfatizarse: ella se va produciendo en paralelo y en estrecha conexión con un proceso de fuerte mestizaje interracial.<sup>26</sup>

Dicho proceso resulta indisociable del devenir de la cultura popular. De ahí que este devenir – o mejor, la renovada riqueza de las culturas populares en distintas regiones del área – pueda asociarse a la reemergencia de rasgos culturales cuya profundidad se relaciona, justamente, con la honda raigambre indo y afroamericana de los mismos; y también a su interacción con sucesivas penetraciones culturales de origen europeo, y muy especialmente de origen ibérico.

vi) En los orígenes de esa doble mezcla de culturas y de razas se hallan presentes fuertes actos de violencia, a partir de los cuales se produce una aguda diferenciación social, sea por la vía del esclavismo, sea por la emergencia de regímenes que, si bien con variaciones regionales, evocan ciertos rasgos característicos de las “relaciones de servidumbre”.

Tras este origen, a lo largo del tiempo, la acentuada diferenciación social originaria va alterando sus perfiles una y otra vez, y configurando con ello la especificidad latinoamericana ya mencionada: la aptitud para encauzar y renovar una mezcla de culturas decisivamente asociada a una mezcla de razas.

En los días que corren, los grados de amplitud y complejidad que ambas mezclas han llegado a alcanzar sugieren que dicha especificidad bien puede resultar portadora de significados y contenidos éticos de importancia decisiva. La expresión más directa de los mismos parece consistir en la aceptación creciente de la igualdad racial como valor (y la de su anverso: la discriminación racial como antivalor). Por otra parte, aquella aceptación tie-

<sup>26</sup> Al respecto, son pertinentes estas afirmaciones: “Eramos sociedades-factorías en las cuales se gastaban hombres para producir azúcar, oro o café. Contra los designios del colonizador, inesperadamente, el sistema destinado a producir mercancías, y a través de ellas riquezas y ganancias exportables, terminó produciendo una humanidad de gente mestiza que nacía en las haciendas y minas, pero que un día comenzó a organizarse en naciones que procuraban definir sus propias culturas” (Ribeiro, D., 1979: 36).

ne en su trasfondo la igualdad de los seres humanos en su condición de tales,<sup>27</sup> propia de los marcos éticos de vieja y renovada presencia, en tanto constitutivos de las religiones superiores, y asimismo, de las formas por las cuales éstas se han difundido secularmente en toda el área.

Si bien se reflexiona, tal postura igualitaria y su difusión cada vez más amplia puede verse como el resurgimiento del principio ético sintetizado por la expresión “amor al prójimo” y equivalentes, sustento básico de conductas morales en los relacionamientos humanos, complementado por el principio de la “no-violencia”, en el ejercicio de esos relacionamientos.

Estas líneas aducen que la reafirmación de principios éticos claves, como los señalados, puede constituirse en fuerza primordial para el destrabe de la creatividad, o incluso para inducir una eclosión de creatividad mancomunada en los distintos ámbitos de la cultura, habilitando el impulso continuado al desenvolvimiento de una identidad cultural propia.<sup>28</sup>

De lo anterior dimana que la riqueza nutrida por las mezclas antedichas en el ámbito de la cultura popular, bien puede percibirse como expresión y

<sup>27</sup> En recientes documentos de organismos internacionales (v.gr., CEPAL, 2000) se señala que los derechos civiles, los derechos políticos y los llamados DESC – derechos económicos, sociales y culturales – son componentes de un contenido ético también relacionado con la igualdad, que se reconoce como imprescindible en todo proceso de desarrollo. Este reconocimiento, sin duda positivo, deja sin embargo abierta la cuestión de qué conjunto de valores básicos puede dar sustento a conductas capaces de inducir el afianzamiento de la identidad cultural propia. Las breves consideraciones del presente ítem se destinan a destacar el papel virtual, en ese afianzamiento, de la emergencia y difusión de valores relacionados con el mestizaje, en que éste pasa a ser visto y apreciado como expresión – y no como negación – de la igualdad esencial que brinda por sí misma la condición humana.

<sup>28</sup> Aunque referidos a América Latina y a su virtual importancia para el desarrollo de la misma, los principios recién mencionados se configuran como compatibles con los que se han venido estableciendo, en la búsqueda de una ética mundial. Dicha búsqueda posee un ámbito particularmente destacable en el “Parlamento de las Religiones del Mundo”, cuyas tres últimas reuniones datan de 1993 (Chicago), 1999, (África del Sur) y 2004 (Barcelona). La “Declaración de una ética mundial”, proveniente de la primera, se encuentra en obra editada por Hans Küng (2002, pp. 25-44) con apoyo de la “Asociación UNESCO para el diálogo interreligioso”. Cabe señalar que dicha obra contiene artículos de múltiples autores, elaborados desde las perspectivas del judaísmo, el cristianismo, el islam y las religiones orientales, e indicativos de la posibilidad de acceder a principios éticos comunes. Diversos trabajos de autores latinoamericanos también abordan esa temática, entre ellos “Ética de la liberación en la edad de la globalización y la exclusión”, de Enrique Dussel (1998), y “Ética planetaria desde el gran Sur”, de Leonardo Boff (2001). La preocupación por definir y extender una ética común se encuentra en la base de otras dos, que han venido aflorando en el ámbito de las Naciones Unidas. Una se expresa en el frecuente llamado a combatir la pobreza con urgencia y decisión. La segunda concierne a la búsqueda de una “Alianza de Civilizaciones”, trasformada en propuesta explícita en el 59º período de sesiones de su Asamblea General, en claro contraste con “El choque de civilizaciones” a que se refiere la obra de S. Huntington (1997) que lleva ese título.

símbolo de “un largo amanecer”:<sup>29</sup> como las primeras luces que empiezan a hacerlo perceptible.

## A MODO DE SÍNTESIS: EL DESARROLLO NACIONAL

Como se sabe, la globalización conlleva una puesta en práctica del ideario neoliberal, que propugna la liberalización del comercio, del accionar de las empresas transnacionales y de las transacciones financieras internacionales. Junto con ello, los principios neoliberales inducen a asumir opciones privatizadoras de las empresas públicas y a minimizar la intervención estatal, desregulando la operatoria de los mercados.

Desde los años ochenta, la prevalencia de estas ideas en la conducción de las economías del área, aunque diferenciada y con desfases temporales, se configura como creciente. A lo que todo indica, las crisis derivadas de ese tipo genérico de conducción han venido inspirando nuevas visiones de los procesos de desenvolvimiento, y junto con ello, nuevas posturas estratégicas impulsoras de “proyectos nacionales” de desarrollo.

En cuanto a los contenidos fundamentales de los mismos – y a modo de síntesis del conjunto de las consideraciones anteriores – han de distinguirse tres aspectos. El primero, concerniente al ámbito económico (objeto de los subítems 4.1 a 4.3), se expresa en el carácter necesariamente autocentrado de las estrategias a diseñar e implementar. El segundo, que se inscribe en el ámbito sociopolítico (tratado en el subítem 4.4), lleva a reconocer como imprescindible conformar una “nueva alianza”, concebida como la fuerza esencial que se requiere para dar inicio y continuidad a tales estrategias. El tercero apunta al logro de una “reafirmación ética”, i.e., al afianzamiento de ciertas ideas y valores inscritos en la cultura no material (que menciona el subítem 4.5), a su vez gérmenes de capacidades y actitudes creativas inductoras de la reemergencia de una identidad cultural propia.

i) El “*carácter autocentrado*” que necesariamente ha de tener el desarrollo de las economías periféricas (y/o las estrategias destinadas a lograrlo) se relaciona como lo que bien puede considerarse como el cerne mismo de la “cuestión nacional”, a saber, la propiedad de los activos radicados en dichas

<sup>29</sup> Esta expresión replica el título de un libro reciente de Furtado (1999).

economías. Existe en esta materia un marcado contraste de puntos de vista con los de los enfoques de cuño neoliberal. Según se aduce, el reiterado escollo externo, proveniente de la disparidad tecnológica entre centros y periferia que incide en sus relaciones comerciales, y asimismo, de los efectos negativos de la liberalización financiera sobre el balance de pagos, transforman en inviable el aumento irrestricto de la propiedad foránea de aquellos activos (tanto directa como con la que se expresa de forma indirecta por la vía del endeudamiento externo). Contrariamente, la viabilidad del desarrollo periférico pasa por el cuidado de que la propiedad nacional resulte creciente, en términos absolutos y relativos. Este requisito es complementario de otro, presente en su trasfondo: además de la necesidad de considerarlo desde este ángulo de la propiedad de los activos, y sin desmedro de que requiera un esfuerzo exportador para la superación del escollo externo, un “desarrollo nacional” no dispensa la puesta en marcha del aumento sostenido del mercado interno. La posibilidad de lograr ese aumento pasa por la resolución de los problemas ocupacionales, en parte a través de la consecución de altos niveles de empleo formal, pero sobre todo mediante la reabsorción del subempleo. Con ser un problema de solución difícil, esta reabsorción esconde la posibilidad de favorecer, y más aun, de potenciar el desarrollo, en tanto su pleno aprovechamiento productivo envuelve la generación de excedentes, y en paralelo, la necesaria ampliación del mercado interno. Las nuevas teorías del progreso técnico – cuyos avances han sido desconsiderados por los enfoques de cuño neoliberal – sugieren la implementación de políticas tecno-productivas cuidadosamente diagramadas, pero en especial la inscripción de las mismas en un esfuerzo público dirigido a la conformación y el desenvolvimiento de los llamados “Sistemas Nacionales de Innovación”. Es este esfuerzo, y no el simplismo de una supuesta “autonomización tecnológica” asociada a la conformación de una industria de bienes de capital, el que en verdad se configura como conducente para alcanzar los fuertes requerimientos de avance tecnológico continuado que el “desarrollo nacional” supone.

ii) La crisis reciente ha puesto de manifiesto el decaimiento de los grados de autonomía de los Estados de la región. La fuente más directa de esta merma se encuentra en la dependencia que sus decisiones han pasado a tener de los organismos internacionales, en parte a raíz de los rígidos y

severos marcos regulatorios que amparan las disposiciones tomadas por estos últimos, pero sobre todo por los niveles de endeudamiento que acompañan a la crisis antedicha, sometiendo múltiples decisiones de política interna a los criterios y designios de tales organismos.

Sin embargo, importa destacar que la limitación del ejercicio de los poderes públicos por fuerzas foráneas va de la mano con un cambio de las bases internas de sustentación del Estado. En verdad, tiende a producirse un vaciamiento de esas bases, en tanto las clases y grupos que las conformaban sufren fuertes pérdidas, en materia de capacidad de incidencia en decisiones relevantes, pasando a jugar un papel lateral y secundario.

Se entiende entonces que el tema de la autonomía del Estado, decisiva para el rol que le cabe en el impulso coordinado al desarrollo en sus distintos ámbitos – económico, social, político, cultural – pasa por cauces que han sufrido alteraciones considerables. Ya no se trata de indagar cómo y hasta cuándo ciertos actores relevantes en el pasado – *v.gr.*, las empresas transnacionales y las grandes empresas nacionales, privadas y públicas – pueden seguir coordinando intereses, de modo de promover la expansión productiva y su continuidad. En los días que corren, el ingente vaciamiento de las bases internas del poder político exige – retomando la terminología de Fajnzylber – concebir y promover una “*nueva alianza*”, inclusiva de grupos de interés internos y sobre todo de las grandes mayorías. Unos y otras se configuran como necesarios para ampliar los contenidos de la democracia, y junto con ello, para consolidar la autonomización del Estado, devolviéndole aptitudes imprescindibles en la conducción de un proceso de desarrollo de fundamentos nacionales, que se configuran como los únicos posibles. Por lo demás, la “*nueva alianza*” y la autonomización del Estado no excluyen, sino que suponen, la preservación y/o el retorno de la propiedad pública de activos y empresas relevantes por su rol en la generación de economías externas tecnológicas, pero sobre todo por su virtual significado para la propia conformación del poder político.

Los intentos de profundizar la integración regional – entre ellos los conectados a la conformación de la ALADI (1980) y del MERCOSUR (1991) – se enfrentaron a los límites impuestos por las crisis de los años ochenta, y también por la crisis actual, configurada hacia el final de la década ulterior. Pero los esfuerzos integradores ven hoy renovada su relevancia.

En efecto, ellos pueden asociarse al afianzamiento geopolítico de los poderes políticos internos, y a los mayores grados de autonomía estatal que han de acompañar a la reconstitución de estos últimos.

iii) Como elemento concreto de una geopolítica adecuada, se viene propugnando la ampliación de los esfuerzos integradores al conjunto de los países sudamericanos. Ha de señalarse que este *desideratum* no implica la negación de la conveniencia de incentivar el desenvolvimiento de identidades culturales propias, y de considerarlas – en coincidencia con Furtado – fuerza movilizadora principal del desarrollo, en tanto las ideas y valores presentes en ellas se configuran como inductoras e impulsoras del accionar positivo de una “nueva alianza”. En este sentido, cabe insistir en la posibilidad abierta a la América Latina para la virtual aceptación de la igualdad racial como valor clave, que implica la puesta en práctica de criterios de “apreciación del otro” y de “convivencia solidaria”, propios de marcos éticos de vieja y amplia aceptación, en tanto presentes en las religiones superiores, y asimismo, en las formas en que ellas se han difundido secularmente en toda el área. Tal *reafirmación ética* bien puede configurarse como decisiva para una posible emergencia de variados procesos de “desarrollo cultural”, en los cuales esos aspectos esenciales y reiterados de culturas pretéritas afloren como fuerzas básicas de impulsión.<sup>30</sup>

Por lo demás, admitir el afianzamiento y desenvolvimiento de identidades culturales diferenciadas en cada “desarrollo nacional”, no implica negar ni desconocer que la integración, y su profundización en distintos ámbitos de la cultura no material, especialmente en sus contenidos éticos, podría contribuir a que tales identidades se fortalezcan recíprocamente, induciendo tal vez, en un despertar conjunto, una alta y renovada expresión del ideal bolivariano. (Octubre 2005.)

Dejoles aquí una bibliografía sobre el tema:

ARIAS, G., “Proyecto político de la no-violencia”, Madrid: Nueva Utopía, 1995.  
BANCO MUNDIAL, “Informe sobre el desarrollo mundial, 1997. El Estado en un mundo en transformación”, Washington D.C.: Banco Mundial, 1997.

<sup>30</sup> La postura implícita en estas últimas afirmaciones se perfila como una respuesta a la siguiente pregunta, entresacada de planteos de Leonardo Boff: “(...) bajo la hegemonía de qué dimensión (o de qué valor) se estructuran los elementos (necesarios para) crear una nueva unidad cultural?” (“San Francisco de Asís: ternura y vigor”, Santander: Sal Terrae, 1982, p. 33).

- BIELSCHOWSKY, R. “Celso Furtado e o pensamento econômico latino-americano”, en: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos e REGO, José Marcio (orgs.). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*, São Paulo: Editora 34, 2001.
- BOFF, L. “Ética planetaria desde el gran Sur”, Madrid: Trotta, 2001.
- \_\_\_\_\_. “San Francisco de Asis: ternura y vigor”, Santander: Sal Terrae, 1982.
- BURGUENHO, O. e RODRÍGUEZ, O. “Desenvolvimento e cultura”. En: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos e REGO, José Marcio (orgs.). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*, São Paulo: Editora 34, 2001.
- CEPAL. “América Latina y el Caribe: políticas para mejorar la inserción en la economía mundial”, Santiago de Chile: CEPAL, 1995, LC/G.1800/Rev.1-P.
- \_\_\_\_\_. “Equidad, desarrollo y ciudadanía”, Santiago de Chile: CEPAL, 2000, LC/G.2071/Rev.1-P.
- \_\_\_\_\_. “Transformación productiva con equidad”, Santiago de Chile: CEPAL, 1990, LC/G.1601-P.
- DUSSEL, E. “Ética comunitaria”, Madrid: Paulinos, 1986.
- \_\_\_\_\_. “Ética de la liberación en la edad de la globalización y de la exclusión”, México D.F.: UAM.I-UNAM, 1998.
- EVANS, P. “El Estado como problema y como solución”. En: *Desarrollo Económico*, (140) 1996.
- FARIA, V. *et al.* “Preparando o Brasil para o século XXI”. Brasília: Presidência da República, 2000.
- FRENCH-DAVIS, R. “Macroeconomía para el crecimiento y globalización financiera: cuatro puntos estratégicos”, Santiago de Chile: CEPAL, 2004.
- FORCANO, B. “¿Por qué el terrorismo?”, Madrid: Nueva Utopía, 2004.
- FURTADO, C. *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. *El capitalismo global*. México D.F.: Fundación de Cultura Económica, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Dialéctica del desarrollo*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- \_\_\_\_\_. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O longo amaneecer*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1999.

- \_\_\_\_\_. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.
- \_\_\_\_\_. “O subdesenvolvimento revisitado”. En: *Economia e Sociedade*, (1) 1992.
- GARAUDY, R. “Diálogo de civilizaciones”. Madrid: Cuadernos para el Diálogo, 1977.
- HUNTINGTON, S. *El choque de civilizaciones*. Madrid: Paidós, 1997.
- KÜNG, H. (ed.) “Declaración de una ética mundial”. En: “Reivindicación de una ética mundial”, Madrid: Trotta, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Proyecto de una ética mundial”. Madrid: Trotta, 2003.
- LESSA, C. “Formação do Brasil”, notas de classe dictadas en el Instituto de Economía de la Universidad Federal de Río de Janeiro. Primeras versiones: 1998 y 1999.
- OCAMPO, J. A. “Raúl Prebisch y la agenda del desarrollo en los albores del siglo XXI”. En: *Revista de la CEPAL*, (75) 2001.
- \_\_\_\_\_. “Structural dynamics and economic growth in developing countries”. CEPAL, mimeo, 2003.
- RIBEIRO, D. “Ensaio insólitos”. Porto Alegre: L & PM editores, 1979.
- RODRÍGUEZ, O. “Heterogeneidad estructural y empleo”. En: *Revista de la CEPAL*, número especial, octubre 1998.
- TAMAYO, J. J. “Fundamentalismos y diálogo entre religiones”. Madrid: Trotta, 2004.

COORDENADOR – Passo a palavra ao Clemente, que tem vinte minutos.

CLEMENTE GANZ LÚCIO – Tenho a tarefa de falar nesta Mesa, não em nome da instituição que dirijo, que é o DIEESE, mas a tarefa delegada pelo Conselho de apresentar um trabalho feito ao longo do último ano e meio, de construção de uma agenda nacional de desenvolvimento a partir de uma provocação que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez aos membros do Conselho.

Recebi a tarefa de apresentar, de forma muito breve, o trabalho feito e o esboço preliminar dessa agenda, publicada neste documento que será disponibilizado para ser incluído também nos anais deste seminário e que está à disposição para quem tiver interesse.

Gostaria de iniciar dizendo que a provocação feita pelo presidente foi durante um seminário que começa com uma fala do Celso Furtado, grava-

da em vídeo pelo ministro Jaques Wagner. Celso sintetiza dizendo que “No Brasil inclusão social se chama emprego”. A partir dessa fala, estruturamos um processo de diálogo no Conselho, que é composto por mais de cem membros, sendo 98 da sociedade civil, dos setores empresariais, laborais, ONGs, e quinze ministros de Estado.

Visávamos responder o seguinte: quais seriam as questões estratégicas que, articuladas com forte participação do Estado, promoveriam mudanças possíveis para propiciar o desenvolvimento?

Não temos uma cultura muito desenvolvida para negociação e para contratação social. É muito difícil desenvolvermos esse diálogo. Em mais de um ano de trabalho estabelecemos uma agenda composta de seis grandes objetivos, identificados pelo Conselho como âmbitos a ser enfrentados para que o desenvolvimento fosse alcançado.

Esse era o enfoque: quais são as convergências entendidas como elementos estratégicos para promovermos as mudanças?

Identificaram-se valores que deveriam promover a mudança desses âmbitos problemáticos, valores genéricos, e uma visão de futuro que se procuraria alcançar, orientadora, portanto, da escolha das diretrizes estratégicas para um projeto de desenvolvimento.

A agenda seria o resultado desse debate entre os membros do Conselho. O documento também se encontra à disposição no *site* do Conselho neste endereço: <https://www.presidencia.gov.br/sri/>.

Em agosto de 2004, Celso Furtado colocava, portanto, a centralidade do emprego para a inclusão social como dimensão constitutiva de qualquer projeto para o desenvolvimento no país. Em seguida, vários grupos temáticos trabalharam, e depois afunilaram o trabalho em seis grandes temas, que se traduziram em três grandes grupos temáticos. Depois esse trabalho foi sintetizado em um documento apreciado por todos os conselheiros: é este documento que apresentamos aqui.

A visão de futuro sintetizada pelo Conselho é a seguinte: um país democrático e coeso, em que a iniquidade foi superada, em que todos os brasileiros têm plena capacidade de exercer a sua cidadania, em que a paz social e a segurança pública foram alcançadas, em que o desenvolvimento sustentado e sustentável encontrou o seu curso, e em que a diversidade

cultural é valorizada. Uma visão que se insere soberanamente no cenário internacional, comprometida com a paz mundial e a união dos povos. Os valores, que foram destacados pelos membros do Conselho para orientar a elaboração dessas diretrizes, foram democracia, liberdade, equidade, sustentabilidade, identidade nacional, respeito à diversidade sociocultural e soberania.

Quanto aos âmbitos problemáticos, eram: a extrema desigualdade social, inclusive de gênero e raça, a crescente concentração de renda e riqueza, a parcela significativa da população vivendo na pobreza e na miséria e a diminuição da mobilidade social.

O objetivo a ser alcançado é fazer a sociedade brasileira mais igualitária, sem disparidade de gênero e raça, com a renda e a riqueza bem distribuídas e vigorosa mobilidade social ascendente.

Nesse campo problemático, apresentamos um conjunto de diretrizes, e eu gostaria de focar especificamente a questão da renda e do emprego. Houve um grande consenso em torno desse problema. O pleno emprego, entendido como a melhor mobilização das capacidades produtivas de terra, capital e trabalho, deveria ser buscado, e as políticas deveriam, simultaneamente, trabalhar para a redução das diferenças salariais, em uma clara valorização do salário-mínimo e num esforço de formalização dos contratos de trabalho – portanto, constituição da proteção social e sindical do trabalho, enfrentamento dos desafios da Previdência Social, ataque à pobreza e miséria, geração de emprego de forma intensiva para a parcela enorme da mão-de-obra com baixa qualificação, e, simultaneamente, investimentos em áreas estruturais e básicas, capazes de promover a homogeneização social básica na sociedade, como saúde, educação, habitação, e transporte público.

Uma outra diretriz clara, também de consenso, é acelerarmos a reforma agrária. Temos um país que há décadas faz reforma agrária. É o país que a faz há mais tempo, e talvez o que menos avançou. A outra dimensão debatida é a educação: transformar o investimento em educação em política de Estado. Precisamos ter investimento de longuíssimo prazo, desde a educação após o nascimento até a educação tecnológica, universitária. Investimento e desenvolvimento de pesquisa.

Outro elemento importante do âmbito problemático foi a idéia de que todas as políticas públicas, e de preferência as políticas privadas, deveriam ter na equidade um critério básico a presidi-las.

Essa foi uma idéia bastante trabalhada no Conselho e talvez um dos seus grandes consensos, ou seja, todas as políticas públicas deveriam responder ao critério de equidade na hora da sua formulação. O Conselho avançou e sugeriu – no momento estamos trabalhando neste projeto – a idéia de construirmos um observatório da equidade, cujo objetivo seria formar uma rede com as organizações que já atuam nos diferentes campos, que tivessem a capacidade de identificar as metas a curto, médio e longo prazo, que pudessem produzir indicadores a partir dos que já existem, e que fossem capazes de monitorar as metas fixadas. E mais, que esse processo de análise e monitoramento tivesse a capacidade de uma mobilização de organizações com vistas a verificar quais são as metas perseguidas, quais são os estágios de determinada política em relação a essas metas, e que metas, recursos e políticas fossem, progressivamente, conhecidos pela sociedade, a fim de aumentar o controle social.

O segundo âmbito problemático estava associado à dinâmica da economia insuficiente para promover a incorporação do mercado interno potencial, suportar a concorrência internacional e desenvolver novos produtos e mercados. Para este âmbito foi desenhado o objetivo de tornar a economia brasileira apta a incorporar todo o mercado interno potencial, com forte dinamismo e capacidade inovadora, competente no desenvolvimento de novos produtos e mercados. Nesse caso, há uma clara prioridade nos investimentos tecnológicos, os de grande produtividade, sem esquecer a formulação de regras claras de partilha dessa grande produtividade entre preços, salários e a sustentação do próprio investimento. Há prioridade também em termos de inovação tecnológica, e no sentido da articulação das políticas, com foco nos setores de bens de consumo semi-duráveis e não-duráveis, diretamente associado, portanto, à reconstituição da capacidade do mercado interno, seja em termos de produção, seja em termos de consumo.

O terceiro âmbito problemático refere-se à infra-estrutura logística degradada, não-competitiva, promotora das desigualdades inter-regionais, intersetoriais e sociais. O objetivo é ter uma infra-estrutura logística eficiente, competitiva, integradora do território, da economia e das sociedades

nacionais. Aqui também três grandes diretrizes foram desenhadas no sentido de logística de infra-estrutura.

O quarto âmbito problemático consiste na inexistência de sistema nacional público-privado, com financiamento de investimentos, na estrutura tributária irracional regressiva e penalizadora da produção e do trabalho. O objetivo se constitui em um sistema de financiamento do investimento eficiente e eficaz, uma estrutura tributária simplificada e racional, com tributos progressivos, estimuladores da produção e do emprego. Temos, aqui, dez diretrizes básicas. A questão da reforma tributária é o centro de tudo. A demora no trato dessa questão e sua implicação em termos redistributivos e de investimentos são um drama que não foi resolvido. Na verdade, a solução é política. Implica necessariamente repactuar a Federação, com um acordo entre os entes federados, cujo desenvolvimento não é simples.

Finalizando, o quinto âmbito problemático está associado à insegurança pública e cidadã, com uma justiça pouco democrática e um aparato estatal de baixa capacidade regulatória fiscalizadora. Nesse âmbito, os objetivos são a segurança pública e a paz, a justiça democrática, e o Estado regulando e fiscalizando a contento. O sistema único de segurança pública é uma das prioridades. A complementação da reforma do sistema judiciário é outra dimensão importante. As agências reguladoras e os órgãos de fiscalização, com eliminação de superposições são algumas diretrizes dessa agenda.

E o último âmbito problemático: a baixa capacidade operativa do Estado, a dificuldade para gerir contenciosos federativos e desequilíbrios regionais profundos, a insustentabilidade da gestão dos recursos naturais. Objetivo: aparato estatal eficiente e eficaz, pacto federativo funcionando sem conflitos, equilíbrio entre as regiões, e recursos naturais manejados de forma sustentada. Aqui, são oito diretrizes. A reforma política e a repactuação da federação são algumas delas. Outras são o investimento no planejamento e na gestão, na qualificação dos profissionais, servidores públicos. Há necessidade de carreiras, de perspectiva profissional e investimento continuado na melhoria da gestão do Estado, na sua racionalidade, eficiência e eficácia.

Essa agenda foi concluída em agosto deste ano. Foi entregue ao presidente da República e, de lá para cá, o Conselho vem tratando de cada uma

das suas dimensões, a cada reunião, tentando aprofundar os temas e conferir como as políticas públicas já em execução respondem ou não a essas questões, e quais seriam outras ou novas políticas ou mudanças nas atuais políticas.

Há assuntos polêmicos, como o Conselho Monetário Nacional. Vale a pena registrar que, no esforço de construção dessa agenda, a formulação de políticas revelou, por um lado, que temos a possibilidade de avançar no diálogo e no contrato social; por outro, que essa possibilidade talvez seja um dos caminhos reais para trilharmos políticas a médio e longo prazo capazes de se transformar em políticas de Estado. Em terceiro lugar, talvez seja possível os atores sociais colocarem na mesa todos os seus recursos políticos, financeiros e materiais, e não só colocarem na mesa demandas ao Estado. Ou seja, que possamos sair de uma situação de demandantes ao Estado para uma situação de atores com capacidade política de contratação social. Obrigado.

COORDENADOR – Obrigado, Clemente, pela interessante exposição, por apresentar esse material tão rico produzido no Conselho. Parabéns por sua capacidade de síntese. Se houver um pouquinho de tempo, vou tentar relacionar esses material com o Plano Plurianual 2004-2007. Concedo a palavra a Márcio Pochmann, por vinte minutos.

MÁRCIO POCHMANN – Manifesto minha satisfação e honra de poder compartilhar desse momento tão importante de reflexão a partir das contribuições do professor Celso Furtado. Inegavelmente, estamos vivendo um momento crucial, quando paramos para refletir e nos damos conta de que estamos sentados sobre ruínas em termos de modelos de desenvolvimento econômico e social, pelo menos daqueles que ganharam mais importância ao longo do século XX, a começar pela experiência da social-democracia, que vive certamente grandes dificuldades.

Também poderíamos falar a respeito das dificuldades e ruínas do socialismo real, pelo menos da experiência que ganhou expressão a partir da Revolução de 1917, e também certamente podemos falar das ruínas e fracassos do modelo neoliberal. Inegavelmente, temos a possibilidade de resgatar o planejamento, que foi um mecanismo-chave do séc. XX. De certa maneira, nessas duas últimas décadas isso foi colocado em segundo plano, mas o

planejamento é que nos permite olhar para frente e sonhar com o Brasil que queremos; mais do que sonhar, cumpre identificar os passos necessários para chegarmos lá.

O método que escolhi para fazer a minha exposição partiu da escolha de quatro aspectos referenciais de Furtado para fazer um contraponto com nossa atualidade no Brasil. Início com o primeiro ponto a respeito de Celso Furtado, de seu otimismo e de seu compromisso com o Brasil. Isso está expresso nas suas obras, especialmente para quem teve oportunidade de conviver com ele ou, pelo menos, de assistir às suas conferências. Foi bastante instigante identificar no intelectual da envergadura dele esse compromisso com o Brasil.

Para refletirmos bem sobre nossas possibilidades, o nosso compromisso e o otimismo que precisamos ter em relação ao Brasil, cabe-nos olhar o Brasil que temos pela frente. Este mapa mostra bem o país que tínhamos em 1950. Foi construído por outro grande brasileiro, Josué de Castro, a partir das informações existentes na década de 1940 sobre a fome. Então, temos aí um Brasil pintado nessas três cores, uma divisão regional bastante forte, em que a problemática da fome era, na época, mais presente nas regiões Norte e Nordeste, principalmente no agreste nordestino, e não tão intensa nas regiões Sul e Sudeste.

Aqui estamos olhando o Brasil do ponto de vista da exclusão social mais primária, pois diz respeito à fome, à incapacidade de ter renda ou acesso a alimento e terra.

O próximo mapa mostra o Brasil do ano 2000. Estamos olhando o Brasil não apenas e tão-somente pelo indicador da fome, mas também por outros fatores, como desemprego, analfabetismo, desigualdade de renda, violência; enfim, são sete indicadores. Não temos tempo aqui para explicá-los. De certa maneira, isso mostra que o Brasil ainda tem traços regionais de extrema desigualdade e o quanto precisamos intervir sobre o território nacional, se almejamos uma realidade muito diferente.

Se os senhores olharem – não está preciso, mas há alguns pontinhos em verde no Sul-Sudeste –, podemos ver os pontos em que temos menor exclusão social. Olhando esse mapa, tem-se a idéia de que o Brasil ainda é uma ilha de inclusão, rodeada por um grande mar de exclusão.

No outro mapa que gostaria de mostrar, os pontos em vermelho são onde estão os ricos no Brasil. Os ricos no Brasil se escondem, é muito difícil termos informações precisas, mas até onde vão as informações vemos que há inclusão social onde moram os ricos. Isso diz respeito a apenas alguns pontos no território brasileiro, praticamente onde temos a concentração dos ricos. Estamos falando de alguma coisa em torno de 1,2 milhão de famílias que podem ser consideradas ricas em um país com 53 milhões de famílias.

Voltando ao primeiro ponto, sobre o otimismo e o compromisso de Celso Furtado com o Brasil, acho que, inegavelmente, estamos diante de uma posição que, de certa forma, é singular se levamos em conta o salto tecnológico de hoje em dia. Do ponto de vista histórico, nunca o Brasil teve as oportunidades que tem hoje. Celso costumava lembrar que o Brasil é um país de oportunidades nem sempre aproveitadas.

Pegemos a primeira revolução tecnológica, no século XVIII – 1750 a 1810/1820 –, do tear mecânico, da ferrovia. O que era o Brasil nessa época? Era uma grande colônia submetida ao exclusivismo metropolitano português e praticamente passou à margem do salto tecnológico que transformou a sociedade da época.

Na segunda grande revolução tecnológica – final do século XIX e início do século XX –, com a energia elétrica, o motor a combustão, o petróleo e tantas outras transformações, ainda estávamos prisioneiros de um modelo arcaico de trabalho forçado, vinculados ao Império. Constituímos uma república, mas uma república que inventa a eleição sem voto, pelo menos até 1930. Assim, os avanços e a possibilidade de internalizarmos a inovação tecnológica da segunda revolução ficou por um momento muito distante, postergada para quase setenta anos depois: o Brasil começa a montar automóveis quando o mundo se prepara para ir à Lua.

O que estamos fazendo para que este país possa avançar e pegar a onda da inovação tecnológica? Penso que isso é algo que já perdemos; temos feito opções equivocadas em relação à questão da informática, mas temos pela frente a biotecnologia que, inegavelmente, nos colocaria em uma posição muito importante caso viéssemos a aproveitar com precisão as oportunidades que temos.

Outro ponto dessa questão diz respeito ao esforço que fez Celso e um conjunto expressivo de intelectuais militantes do desenvolvimento brasileiro quanto à mudança do Brasil em sua inserção na economia mundial. Estamos falando do século XX, em que predomina a divisão entre o trabalho agrícola e o trabalho industrial, quer dizer, estamos falando de todo o esforço de industrializar este país e da identificação de que somente pela industrialização teríamos condições de valorizar o trabalho e construir uma sociedade muito diferente da que predominou, a sociedade agrário-pastoril.

Estamos diante de uma nova divisão internacional de trabalho. Não é mais a divisão entre trabalho industrial e trabalho agrícola. Se olharmos as perspectivas da mudança tecnológica, a divisão agora é entre concepção e execução. Ao contrário do que muitos dizem, justamente os países que mais têm investido em tecnologia são os que, hoje, convivem com menos desemprego, são os países portadores de melhores condições de salário e remuneração, de melhor distribuição da renda. Ninguém tem dúvida de que os países desenvolvidos são os que mais investem em tecnologia. E, ao contrário do que se dizia há algum tempo, são os países com menos participação no desemprego mundial.

Em 1979, o G-7 – os sete países mais ricos do mundo – respondiam por quase um terço do desemprego mundial que, à época, era de 45 milhões de pessoas. Em 2002, são dados da OIT, o mundo teria 160 milhões de desempregados, no conceito aberto, desemprego aberto, só que o G-7, hoje, responde por menos de 11% do desemprego mundial. Ou seja, o desemprego hoje é característica cada vez mais de países subdesenvolvidos e que menos investem em tecnologia.

Esta é uma questão: qual é a perspectiva que estamos oferecendo em termos de inserção a essa nova divisão internacional do trabalho, justamente quando países de baixa escolaridade terminam sendo exportadores de mão-de-obra qualificada, países exportadores de cérebros?

Um segundo ponto que quero abordar diz respeito à contribuição de Celso Furtado na interpretação da dinâmica capitalista brasileira. Certamente, houve um questionamento muito oportuno sobre a visão de Furtado a respeito da estagnação nos anos 60, um debate importantíssimo tratado pela professora Conceição Tavares e por José Serra, naquela época: era saber se, de fato, estávamos diante da estagnação ou não.

Mas eu queria explicitar em que medida essa reflexão de Celso Furtado dos anos 60 pode ter atualidade quando analisamos este último quarto de século e encontramos sinais fortes de estagnação, de perda de posição relativa do Brasil ante o mundo.

Em 1980, o Brasil tinha uma renda *per capita* equivalente a um terço da americana. Dados de 2003 mostram que o Brasil tem uma renda *per capita* abaixo de 20% da americana. Nós, que ocupávamos 16<sup>a</sup> posição no desemprego mundial em 1980, pulamos, em 2003, para a 3<sup>a</sup> posição do desemprego, a despeito de sermos a quinta maior população do mundo.

Se olharmos os indicadores sociais, poderemos perceber que houve uma regressão não apenas no desemprego, com uma taxa de desemprego de 2,2%, mas uma taxa de desemprego, dependendo do indicador, ao redor dos 10%. Há um aumento significativo da violência neste país. E há profunda concentração da renda funcional neste país.

O grande debate dos anos 70 a respeito da concentração da renda, da crítica à ditadura militar ocorreu quando, em um período de vinte anos, se regrediu cinco pontos percentuais na disposição funcional da renda. Tínhamos, em 1960, 55% da renda formada pelo trabalho; em 1980, caímos para 50% da renda nacional formada pelo rendimento do trabalho; o último dado de 2003 mostra que a participação do trabalho na renda nacional encontra-se um pouco abaixo de 36% do PIB.

O terceiro ponto que eu queria abordar diz respeito à contribuição do prof. Celso Furtado ao entendimento sobre desenvolvimento. A promoção do desenvolvimento a partir da industrialização de uma sociedade agropastoril colocou, certamente, condicionalidades que estão presentes na sua obra, especialmente na discussão sobre o enfrentamento da heterogeneidade. É claro que estamos falando da heterogeneidade em uma sociedade que se transforma de sociedade rural em sociedade urbana, mas uma sociedade que dobra sua expectativa média de vida, de 34, 35 anos, no final do século XIX, para algo como setenta anos, no final do século XX. Uma sociedade que pensou não apenas na construção do Estado, especialmente nas políticas públicas de natureza a enfrentar aquilo que poderíamos reconhecer, no século XX, como sendo, hoje, a velha pobreza.

Tratava-se de enfrentar a fome, o analfabetismo, e para isso a constituição de um Estado com políticas setoriais seria mais do que suficiente. Se há o problema do analfabetismo, é importante ter um ministério, uma secretaria, ou seja, um meio de intervenção clara. Se há fome, é pensar em como fazemos para superá-la. É uma questão de distribuição da terra, de distribuir cesta básica, de melhorar a renda, e tudo isso diz respeito à setorialidade das políticas.

No entanto, quando analisamos o momento presente, percebemos, na sociedade pós-industrial – se é que podemos chamar assim –, que estamos diante de um aumento bastante significativo da expectativa média de vida. Os demógrafos já começam a falar na possibilidade de, daqui a três ou quatro décadas, a população ter uma expectativa média de vida em torno de 120 a 130 anos. Isso certamente nos colocará questões mais importantes do que aquelas sobre as quais refletíamos nos anos 50. Mais do que isso, haverá novas concepções de pobreza: pobreza não mais e tão-somente como um fenômeno unitário, como o é a fome, mas uma nova pobreza que hoje é algo mais complexo e demanda um entendimento total. Quem é hoje pobre não o é só porque não tem renda, mas também é pobre porque não tem trabalho, não tem educação, não tem saúde. E a tradição das políticas públicas em geral é que elas ainda permanecem como políticas setoriais: os pobres da saúde, os pobres da educação, os pobres do trabalho e assim por diante.

Reforma agrária: há cinquenta anos, talvez fosse distribuir melhor a propriedade fundiária. Talvez hoje não seja somente isso. Apenas e tão-somente distribuir terra não é suficiente. São necessárias, junto com a terra, técnicas novas de produção, comercialização, crédito, postos de saúde, escolas, ou seja, exige-se um padrão novo de políticas públicas matriciais intersetoriais.

Nessa concepção não há nenhuma novidade. Lamentavelmente, não é essa a tradição das nossas políticas. Permanecem a setorialidade, o elevado custo na implementação das políticas. De um terço a 50% é muitas vezes o custo de uma política quando opera nessa modalidade. Isso se dá justamente no momento em que há uma regressão do espaço do Estado. Em 1980, o Estado brasileiro respondia por 12% do total da população economi-

camente ativa ocupada. Em 2003, o Estado brasileiro respondeu tão-somente por 8,2% dos trabalhadores ocupados. Ou seja, tivemos uma regressão de 2,5 milhões de trabalhadores no setor público. Não é possível fazer políticas públicas adequadas se não tivermos equipamento e funcionalismo decente. Não acredito na terceirização.

Por fim, o último ponto diz respeito ao pleno emprego e à distribuição de renda. Quais seriam, a partir da obra de Celso, as razões de nossa dificuldade de juntar o crescimento econômico com uma melhor distribuição da renda e, especialmente, o pleno emprego? Há pelo menos três aspectos que eu gostaria aqui de ressaltar. O primeiro é nossa baixa cultura democrática. O senador Aloizio, em sua exposição, chamou atenção para o fato de que, nos últimos sessenta anos, somente três presidentes eleitos concluíram seus mandatos. Podemos ir mais longe. O Brasil tem uma história de quase quinhentos anos, mas não tem cinquenta anos de democracia. Não me refiro apenas à democracia representativa, mas à democracia participativa, que é um elemento fundamental para o desenvolvimento. Em um país continental, com tão grande heterogeneidade, é difícil constituir formas que dêem convergência a uma nova maioria, a uma maioria que seja capaz de resistir em um país tão desigual.

O segundo ponto que quero ressaltar é o fato de o Brasil ter sido, ou melhor, ser um país com um capitalismo sem reformas civilizadoras. Falo da nossa enorme dificuldade de fazer reformas, pelo menos daquelas três protagonizadas nos países hoje desenvolvidos. Este é um país que não fez reforma fundiária – não democratizou a propriedade da terra; um país que não fez reforma tributária – temos uma estrutura tributária regressiva, ou seja, os ricos praticamente não pagam impostos, primeiro porque não querem, segundo porque nos faltam tributos adequados para tributá-los. A tributação progressiva foi a grande conquista no século XX, pois foi ela que permitiu a constituição de fundos públicos, absolutamente fundamentais para a terceira reforma, que é a social. Não garantimos educação e saúde de forma universal e adequada.

Quem estuda a questão do desemprego no século XX, especialmente no pós-guerra, percebe que, nos países desenvolvidos, houve dois fatores importantes no que diz respeito ao emprego: primeiro, o compromisso com o crescimento econômico; segundo, o papel do Estado, seja na pro-

moção do gasto público – de cada dez postos de trabalho abertos nos países desenvolvidos, no pós-guerra, seis decorreram do gasto público, que é fundamental não apenas para o bem-estar social, para a desmercantilização da proteção social, mas também como política de emprego –, seja também quanto ao financiamento da inatividade, que foi uma das grandes novidades do capitalismo no século XX, ou seja, a possibilidade de os filhos dos trabalhadores e os trabalhadores idosos poderem viver sem ter mais que ir ao mercado de trabalho. Todos sabem que a industrialização europeia foi feita, em grande parte, com mão-de-obra infantil, mas no século XX foi possível financiar a inatividade de crianças, pelo menos as com menos de 15 anos, e de pessoas com mais de 65 anos, em média, que deixavam de trabalhar para poder viver na inatividade.

Na nova sociedade, pós-industrial, há uma questão sobre como financiar a inatividade de alguém que vai viver 120 anos. Em países como a Alemanha, por exemplo, não há ingresso no mercado de trabalho antes dos 25 anos de idade. De cada dez jovens, de 15 a 24 anos de idade, apenas um está no mercado de trabalho. Como financiar isso, a não ser por fundos públicos? Esse é um ponto a ser estudado.

A questão mais interessante diz respeito ao reconhecimento da nossa dívida social. Este país acumulou uma dívida que precisa ser enfrentada. Esse enfrentamento nos abre a perspectiva de constituir um país diferente do que temos hoje, o que certamente foi o grande dilema de Celso Furtado, especialmente quando verificamos alguns indicadores simples, como o da educação no ensino médio e universitário.

Quanto à educação do ensino médio, temos tão-somente 35% dos nossos jovens de 15 a 17 anos de idade matriculados. O Chile, país próximo ao nosso, tem 85% dos seus jovens matriculados no ensino médio. Não temos salas de aula para incluir os nossos jovens, caso houvesse esse compromisso, porque a inclusão de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio brasileiro representa a incorporação de quase cinco milhões de pessoas. Ou seja, estamos diante de escalas de grande porte no que diz respeito à enorme dívida social. Para incluirmos cinco milhões de jovens, é necessária abertura de 50 mil salas de aula, é necessária a contratação de 500 mil professores. Isso apenas e tão-somente na educação. Podíamos falar aqui da saúde. Quantos leitos nos faltam? Outro exemplo: 60% dos municípios brasileiros

não têm biblioteca pública. Então, a dívida social é uma questão estratégica na construção de um Brasil solidário, um país que abra a perspectiva de inclusão de todos, o que sempre foi a perspectiva apresentada por Celso. Não está tão longe quanto nós imaginamos, mas, para que cheguemos lá, é fundamental a convergência em torno de idéias que Celso sempre defendeu. Muito obrigado.

COORDENADOR – Obrigado, Márcio Pochmann. Você de fato escolheu quatro aspectos referenciais centrais do pensamento de Furtado: seu otimismo e compromisso com o Brasil, apesar de toda a pobreza; para enfrentá-la, a contribuição dinâmica de crescimento; a problemática do Estado; e a distribuição de renda. Você fez isso de uma forma extremamente interessante. Damos a palavra ao mestre Carlos Lessa, que disporá de vinte minutos para sua explanação.

CARLOS LESSA – Boa tarde. Estar aqui neste momento tem para mim um significado especial, ao olhar os que estão reunidos, ao ver as pessoas cujos caminhos tantas vezes se cruzaram com os nossos. E o motivo que nos reúne é prestar uma homenagem substantiva a Celso Furtado. Estive pensando em como fazê-lo e confesso que pensei em várias alternativas. E vou assumir uma que é, à primeira vista, menos rigorosa, mas tem para mim um conteúdo importante.

Aprendi com Furtado muitas coisas. Em primeiro lugar, seu livro *Formação econômica do Brasil* foi o andaime pelo qual comecei a pensar o Brasil. Na verdade, creio que eu e a minha geração toda, pelo *Formação econômica do Brasil*, foi levada a pensar o chamado “desenvolvimento enquanto processo histórico” e, ao mesmo tempo, a perceber que o puro discurso teórico, isolado da observação da história como grande parteira, era pouco fecundo. Nunca pude deixar de lado a minha enorme e imensa admiração, a dívida intelectual que tenho com o *Formação econômica do Brasil*, livro em que esbarrei já quase terminando o curso de formação universitária.

Contudo, houve outra dimensão de Furtado também extremamente importante na minha trajetória, que foi o conceito de subdesenvolvimento. E o conceito de subdesenvolvimento não é um conceito que congela, mas mostra como padrões históricos peculiares a determinadas organizações do espaço-mundo podem fazer com que certos países se modifiquem mas

mantenham características estruturais intransformadas. Quase que parafraseando Lampedusa, tudo se modifica com muita rapidez, porém não sai do lugar.

Quero então prestar uma homenagem ao mestre Furtado dizendo que, ao observar esse último quarto de século brasileiro, as duas lições principais que obtive da convivência com sua obra, logo no começo de minha trajetória de formação intelectual, continuam sendo extremamente importantes, presentes.

É inquestionável que, nesses 25 anos, o Brasil teve, na melhor das hipóteses, um lento crescimento. Não vou falar de estagnação, porque essa é uma palavra que me cria uma série de problemas, já que interrompe processos, congela estados. Na verdade, houve lento crescimento. Porém, eu queria chamar a atenção para o fato de que houve intensas transformações por baixo desse lento crescimento, as quais se deram menos no espaço da economia e mais no chamado corpo social, político e institucional.

Quero mostrar algumas delas e os elementos de perplexidade que nos colocam.

A primeira é sobre algo que tem hoje aparentemente um peso cada vez menor dentro do chamado corpo social brasileiro: o setor agrícola. Aí é inquestionável, observando esse último quarto de século, que houve um espantoso desenvolvimento da empresa agrícola. O Brasil é hoje o quarto produtor mundial de grãos, o que é um desempenho, do ponto de vista quantitativo, extremamente expressivo. Essa agricultura, que deu origem a uma empresa extremamente moderna, que lança mão de tecnologias muito sofisticadas, convive com outras formas de produção que sugerem a não-transformação. Então, o mesmo país que é o quarto produtor de grãos, ainda tem no agro hoje dez milhões de brasileiros que estão rigorosamente na linha da miséria, com renda familiar igual ou inferior a um quarto de salário mínimo. Esses dez milhões correspondem mais ou menos aos brasileiros que não estão ligados à rede elétrica. Apesar de todo o esforço feito nesses anos, ainda temos uma percentagem relativamente expressiva de população, e certamente muito expressiva no campo, que ainda está no século XVIII, submetida ao biorritmo das galinhas no seu ciclo vital: dorme e acorda com as galinhas e com o cantar do galo, o que, por sinal, é muito

simpático. Esse campo passou por algumas transformações que são, de certa maneira, inéditas e inquietantes. Alguém poderia dizer que o Brasil é cada vez mais uma plataforma de exportação de *commodities* e cada vez mais deposita seu medíocre crescimento no desempenho do setor agroexportador, e estaria assim reeditando algo da República Velha. É um engano, porque se cotejarmos o café com a soja, e vou me permitir fazer rapidamente um cotejo, perceberemos uma diferença muito importante. O café, na República Velha, era certamente produzido por “empresas e empresários brasileiros”, os fazendeiros de café. Era certamente transportado em ferrovias que haviam sido incorporadas pelos mesmos fazendeiros de café ou feitas pelo Estado a serviço da cafeicultura. Os exportadores eram brasileiros, eram grandes firmas brasileiras. E os bancos financiadores do café eram nacionais. A semente era produzida no país e o seu aperfeiçoamento genético era feito pelo Instituto Agrônomo de Campinas, que desenvolvia novas variedades.

Na verdade, todo o ciclo do café estava sob comando de interesses nacionais. Se eu fizer com a soja o mesmo exercício, o quadro é radicalmente diferente. Certamente as grandes empresas agrícolas são predominantemente nacionais, quase não há presença de empresas estrangeiras na produção de grãos. E o transporte, pelo menos na etapa do caminhão, ainda é feito por transportadoras nacionais, mas parou por aí, porque a semente não é mais brasileira, está controlada pela Monsanto, a exportação não é brasileira. Toda soja é comercializada por quatro empresas, nenhuma brasileira. O fertilizante não é mais brasileiro, é produzido por subsidiárias e filiais estrangeiras. Poderia ser nacional, mas foi privatizado o setor produtor de fertilizantes.

O aperfeiçoamento técnico das variedades de soja não é mais da Embrapa, que está sendo sucateada; é, na verdade, alguma coisa que está no espaço – eu diria, no caso da soja – da Monsanto. E o maquinário também é todo produzido por filiais estrangeiras.

Na cadeia produtiva da soja, ficou circunscrita ao Brasil apenas a etapa da produção. A sua articulação não se dá mais basicamente via bancos nacionais, e sim por meio de operações muito complexas, em que a Bolsa de Mercadorias e Futuros de Chicago é um elemento decisivo para a constru-

ção das cadeias que financiam o setor, a partir das quatro grandes operadoras desse mercado. É outra coisa, não é o café.

Eu diria que talvez o ciclo da carne ainda se aproxima um pouco do café. Mas quanto à agroindústria açucareira, há sinais muito claros de que ela passa a ser, cada vez mais, objeto de uma atenção preferencial das empresas internacionais.

Quero apenas chamar a atenção para o fato de que, frente a uma grande contração das *commodities*, não se espere uma reação igual à de 1929, porque os protagonistas são outros – já não são mais nacionais.

Se eu passasse para a cidade brasileira, diria que a urbanização avançou muitíssimo neste país. Nós hoje formalmente temos 80% da população nas cidades. Acho que essa é uma variação um pouco excessiva, porque talvez a pequena cidade do interior, a pequeníssima cidade ainda tenha muito mais características de comunidade rural do que propriamente urbana, mas a maioria da população está urbanizada, e pelo menos metade da população está nas metrópoles. Essa metade das metrópoles reproduziu, *interna corporis*, as mesmas distâncias que existiam antes no espaço Brasil como um todo. É como se houvesse uma condensação das distâncias, agora justapostas dentro do espaço urbano, onde são marcadas impressionantes diferenças. Algumas dessas diferenças têm implicações no tecido social que creio não foram ainda adequadamente pensadas.

Vou me permitir chamar a atenção para o seguinte aspecto: o homem urbano brasileiro hoje não é mais um migrante; ele é geralmente o filho de um migrante. Já não é mais da primeira geração que se transferiu para a cidade, em busca das luzes das cidades. Ele nasceu e se criou na cidade. Isso faz uma enorme diferença, porque o seu pai teve a percepção de sair do século XVIII e chegar ao século XX. Na verdade, a cidade aparecia ao migrante como um espaço cheio de possibilidades, alguma coisa como uma loteria da vida. Ele poderia dar sorte. Já o filho dele, aquele que nasceu na cidade, conhece o que a cidade pode oferecer e não tem mais nenhuma visão de espaço lotérico. Na verdade, ele recebe, a partir de um quarto de século de lento crescimento, a informação contrária: a de que a cidade não vai lhe dar nenhum bilhete. Então, encontra duas saídas possíveis. Uma delas é a tendência a uma neo-religiosidade. É um fenômeno absolutamente

impressionante a velocidade com que isso progrediu. Eu até penso que, para a base recrutada pelas novas religiões, há um tipo de mobilidade transcendental, que seria a passagem para a afirmação em outro espaço. Mas há também uma mobilidade vertical, porque forma a sua própria hierarquia. Os pastores representam formas de ascenso social dentro dessa nova configuração. E são um protagonista absolutamente novo dentro do tecido social e político brasileiro.

Não tenho informação muito atualizada do que está acontecendo nos países-irmãos do continente. Creio que o fenômeno é rigorosamente generalizado, está acontecendo em praticamente todas as capitais sul-americanas, em todas em metrópoles do nosso continente.

Esse é um movimento extremamente inovador e que porta algumas questões desafiantes. Uma delas é a seguinte: será esse novo protagonista o fundador de uma nova ética? Será um protagonista relevante na trajetória política subsequente ou terá um outro tipo de comportamento? Não sei prognosticar, mas certamente esse é um dado fundamental se se quiser pensar mais além do já e do agora. Não tenho a menor dúvida de que Furtado em algum momento iria colocar dentro da cultura a que fazia referência o Octavio, essa construção de novos valores. Por favor, não façam nenhuma transposição weberiana para interpretar o fenômeno, porque não serve, é de outra natureza. Aqui não se dá origem a capitalismo nenhum, mas a outra coisa. Suponho inclusive que é uma reconstrução do tecido social, com a constituição de códigos próprios, regras próprias, uma espécie de construção cidadã, alternativa e paralela.

Há um outro caminho, que nos coloca questões desafiantes. Vou me permitir fazer referência a duas delas. Primeiro, a família uniparental, que poderia ser tecnicamente a família onde existe o adulto e as crianças, mas um adulto apenas. Na visão de um movimento feminista, isso poderia ser uma afirmação, uma equiparação da mulher com o homem e uma plenitude de realização dela. Isso pode ser verdadeiro para setores médios da sociedade. Mas popularmente é uma tragédia, porque o perfil dessa família uniparental corresponde ao de uma mulher jovem, que tem um ou dois filhos de pais que não assumem a paternidade. Na verdade, ela não tem sequer o registro do pai. Essa mulher, como podem compreender, tem um problema duplo: obtenção de renda monetária e, ao mesmo tempo, guarda

e proteção de sua criança. Obviamente é uma tarefa gigantesca para ela, que é presa fácil das firmas de terceirização informais. Uma das coisas mais indecentes que acontece na sociedade brasileira é que essas empresas que contratam a mão-de-obra para atividades-meio, que as grandes empresas terceirizaram, se nutrem basicamente dessa força de trabalho, pagando-lhe de forma aviltada. Sabem quantas são as famílias uniparentais desse tipo na cidade do Rio de Janeiro? Vinte por cento. Vinte por cento das famílias já são desse tipo.

Por que isso está acontecendo? Creio que por muitas razões, mas o Pochmann podia imediatamente nos dar a resposta. A taxa de desemprego selvagem que assalta a juventude, na faixa que vai de 16 a 24 anos, chega a 47%, sem ensino profissionalizante e sem perspectiva de inserção em qualquer atividade. É evidente que nenhum reprodutor vai assumir a paternidade de nenhum rebento. A pobre mãe assume porque o útero retém dentro de si o resultado de algum pequeno equívoco.

Agora eu queria que projetassem um pouco além do que serão, no futuro do tecido social, os filhos dessas famílias. O que estamos criando em nosso corpo social? Um tipo de “casta”, um estamento, uma espécie de resíduo social? É muito grave, é gravíssimo. Até onde eu consigo perceber, esse fenômeno é hoje dominante nas grandes cidades brasileiras. Não sei como se passa em outros países do continente, mas é um fenômeno de imensa e definitiva importância.

Os jovens, tirando aqueles que se orientam pela ascendência para buscar realização em outro espaço, não têm alternativas. Então, obviamente, parte deles é atraída para o tráfico de drogas, em que a esperança de vida se resume a três ou quatro anos. É tão significativa a quantidade de mortes de jovens da pobreza nesse processo que a nossa pirâmide demográfica já está afetada pela falta de elementos masculinos com idade entre 16 e trinta anos. E nós ostentamos agora o duvidoso título de ter a quarta taxa de homicídios como causa de morte externa da população de 16 a 45 anos. Somos superados apenas pela África do Sul, pela Colômbia e pela Venezuela, e acredito que a maior parte dos países não tem estatística confiável para isso. Mas estamos no quarto lugar. Talvez um país da África subsaariana tenha taxas mais altas, mas não há registro. Dos países que registram, estamos em quarto lugar.

Senhores, a juventude mantida dentro do espaço urbano, sem qualquer perspectiva de amanhã, sem visão de futuro, vivendo este tipo de processo a que me refiro, promete um cenário que, com o continuado e lento crescimento, não sei exatamente em que vai dar, mas não ousaria prognosticar nada de bom. Essa falta de percepção intuitiva que têm hoje os ricos ou quase ricos vai construindo cada vez mais uma segregação dentro do espaço urbano; na verdade, a tendência é, cada vez mais, dentro do tecido urbano, para os chamados condomínios fechados, que são tentativas de privatizar o que é público. Ou seja, a partir da cerca do condomínio, constitui-se um tipo de autoridade que não é mais pública, mas é autoridade do condomínio. No mínimo, se reduz e se restringe o direito de livre circulação porque, obviamente, há um ponto de passagem para entrar ou sair do condomínio.

Se fosse só o condomínio seria pouco, mas há essa outra coisa espantosa que é o centro comercial. Eu não gosto de usar a expressão *shopping center* porque tento preservar ainda o idioma ibérico. O chamado centro comercial é um espaço de segregação muito mais radical que um condomínio porque ele segrega eliminando toda e qualquer referência ao lugar: não há mais paisagem, não há mais dia e noite, controlam-se todos os fatores e se estabelece no âmbito do centro comercial uma autoridade “para-pública” de natureza privada que tem poderes por vezes surpreendentes.

Na verdade, esse movimento de segregação pode gerar também, em um processo que se projeta no tempo, um tipo de juventude que se cria dentro do espaço segregado. Para esse grupo, o que está fora do condomínio é estrangeiro. Então a convivência vai sendo destruída nesse processo de segregação em que estamos matando a praça pública. Acho que existe, por conseguinte, dentro do tecido urbano uma tendência preocupante que, se não for revertida – insisto –, promete um mundo extremamente violento. A expressão dessa violência não está só nas questões ligadas à economia da droga, mas também no comportamento dos jovens filhos dos segregados que começam a se comportar fora do condomínio como se fossem de uma tribo que enfrenta outras tribos. Não sei se vocês acompanham, mas há um crescimento expressivo de conflitos entre tropas de jovens de condomínios *versus* condomínios, arena de luta, predominantemente nos espaços de lazer, de uma brutalidade sem referencial de cidadania ou de soli-

dariedade. É uma degradação muito grande. O que está sendo destruído é a *res publica*, a coisa pública.

O processo de privatização é muito mais avançado do que sugere a simples transferência de algumas empresas produtivas do setor público para o setor privado. Na verdade, o que está acontecendo é que o mundo da mercadoria está encurralando o mundo do bem público. É curioso, mas, de certa maneira, a pauta de discussão pós-Revolução Francesa tem grande atualidade no Brasil de hoje. Teríamos de repensar o que é público e o que é privado e, por meio de um pacto, que é, necessariamente, constitutivo de fronteiras. Caso contrário, a cidade vai se converter em alguma coisa que não tem nada a ver com a idéia de um espaço de cidadania interativa e cordial; vai se converter em um espaço rigorosamente recortado, onde a autoridade pública será um resíduo dentro desse mesmo espaço. Um dos poucos setores que gera emprego significativamente é a segurança privada associada a esse modo de organizar a cidade.

Das projeções do subdesenvolvimento, nesse período de estagnação, é a mais atemorizante de todas. Neste momento não temos soluções pensadas, quer dizer, certamente todos nós diremos que uma política de ativa criação de emprego iria melhorar o cenário, da mesma forma que reforçando a capacidade de gasto do setor público seria possível fazer políticas públicas universais, incorporadoras etc. Mas os modos de operacionalizar essas políticas nós não os conhecemos.

Queria chamar a atenção para mais um aspecto dessas coisas que estão ocorrendo por trás do lento crescimento e mostrando como o subdesenvolvimento é “dinâmico”, ou, pelo menos, é inovador. Gostaria de fazer referência a algo que eu chamaria, à falta de outro nome, “padrões de articulação novos” entre o núcleo dito moderno da sociedade e a nossa periferia social.

Vou apenas dar uma amostra dessas configurações. Vou falar daquele que talvez seja o mais importante de todos a meu juízo. Existe uma forma extremamente importante de estratégia de sobrevivência e de estratégia de fruição dos bens da modernidade, que é a geriatria do objeto. O núcleo moderno para tornar o durável não durável e toda a pedagogia do consumidor supõem que ele deixe de ser um colecionador e passe a ser um esturpador. Claro, o prazer não está em ter a coisa, está em usá-la pela primeira

vez. É isso que explica o deságio brutal que tem o automóvel zero quilômetro quando sai da concessionária: na mesma calçada, perde 15% do seu valor.

Poderíamos falar aqui do estuprador como o consumidor desejado pelo mercado global, mas o que quero mostrar é o movimento contrário que é feito, que é o de dar durabilidade ao que deveria ser finito. Chamo a atenção para os números que vou citar. O caminhão de estrada no Brasil tem dezoito anos, em média. Os tratores agrícolas brasileiros têm, em média, trinta anos. Sabem o que isso significa? Existem artesãos mecânicos que produzem as peças depois que elas pararam de ser fabricadas. Eles dão longevidade ao que deveria já ter sido sucateado. Na verdade, é a maneira pela qual se filtram para o espaço, vamos dizer, periférico do desenvolvimento os bens produzidos pela sociedade opulenta. Mas, ao mesmo tempo, ampliam o mercado para essa mesma economia opulenta, em uma simbiose extremamente original, porque nada mais parecido com o artesão medieval do que o mecânico de beira de estrada ou o lanterneiro que recupera uma carroceira ou o rapaz que sabe que engenharia reversa é uma expressão muito bonita, mas que o nosso operariado aprende a fazê-la desmontando as máquinas para procurar o defeito. Quantos são? Centenas de milhares. E o mais curioso é que, em uma operação bastante hipócrita, eles são chamados de microempresários.

Então, temos uma estatística curiosíssima pela qual oitenta e tantos por cento das microempresas só tem o empregador, não tem empregado. Na verdade, é uma maneira muito curiosa pela qual se consegue converter, em muitos casos, aquele que fica desempregado e procura sobreviver na informalidade com um desses procedimentos em empresário de si próprio. O exemplo melhor que conheço é o do engenheiro que, desempregado, compra uma carroça de pipoca. Ele passa a ser empregado e empresário que emprega a si próprio. E as pessoas que o computam como gerador de emprego se esqueceram de que cada engenheiro que compra uma carroça de pipoca retira um popular do ofício de vender pipoca. Então, é como se o sistema todo estivesse fazendo uma expulsão das atividades mais interessantes da informalidade na área de pobreza, o que é confirmado com a queda sistêmica da renda média do informal. E a renda do formal, que também cai, está acompanhada de uma extensão do prazo médio de edu-

cação. Não é a educação que cria emprego, mas o mercado, extremamente restrito, é que dá preferência a quem tem mais anos de instrução.

Por que estou dizendo isso? Porque de novo fico aflito ao colocarmos em uma camisa terminológica e em um padrão categorial fenômenos do subdesenvolvimento usando a linguagem que não é adequada. Artesão não é microempresário. O que é um informal? Não vou entrar por aí, mas essa é outra discussão, fundamental para entender a questão desta Mesa, que, como me disseram, era a das relações entre desenvolvimento e concentração de renda. Estou querendo chamar a atenção para que a progressão do subdesenvolvimento cria novos padrões de distribuição de renda. Reservei para o final o que considero o processo mais central e mais devastador de todos, que é a apropriação pelo Estado como um instrumento de captura de excedente e a relação entre renda financeira e riqueza mobiliária. Quando se analisa o Brasil deste ano, com 145 bilhões de juros de dívida pública, e quando se compara esse número com o programa de ajuda do Bolsa Família – que é o mais importante programa social que o Brasil faz, e que vai, no final deste ano, atingir oito milhões de famílias –, vê-se que esse programa, que tem importância muito grande nos grotões e nas regiões que estavam nos mapas do Márcio como as regiões mais problemáticas, só vai gastar R\$ 7 bilhões, 1/20 dos juros da dívida pública.

Devo a uma pesquisa feita pelo Márcio uma informação importantíssima. Trabalhando muito, lançando mão de uma série de hipóteses heróicas, Márcio conseguiu chegar à conclusão de que 80% desses juros de dívida pública beneficiam, em última instância, vinte mil famílias. Essa informação sugere o seguinte: o Estado nacional brasileiro realiza, pela equação fiscal, uma transferência de 120 bilhões para vinte mil famílias e 7 bilhões para oito milhões de famílias. O mais interessante é que oito milhões de famílias que recebem a Bolsa Família têm uma melhoria relativa no seu IDH, índice de desenvolvimento humano, não vamos desprezá-lo. Mas reparem a fantástica transferência que está sendo feita do miolo do corpo social para o topo da pirâmide, o que se expressa nos dados da repartição funcional a que Márcio fez referência.

Por que essa apropriação pelo Estado de um instrumento de criação de riqueza? Porque o destino de uma parcela muito expressiva desses juros pagos é a aquisição de novos ativos financeiros derivados da emissão de

títulos de dívida pública. Então, esse jogo é um jogo de acumulação absolutamente estéril, devastador, mas que deforma toda e qualquer hipótese de melhoria de distribuição de renda.

Toda vez que ouço discurso sobre esse assunto fico dividido. Não vou fazer o discurso contra porque é evidente que, para cada família que recebe uma Bolsa Família, isso é importante. Mas, ao mesmo tempo, me sugere uma componente farisaica, espantosa, uma sociedade que festeja uma transferência brutal via tributária para essas vinte mil famílias e, ao mesmo tempo, distribui migalhas insignificantes para o corpo social.

Queria finalmente fazer uma última referência. A nova forma do subdesenvolvimento é a destruição da república e a demolição da nação. Na verdade, as instituições estão sendo corroídas para tornar definitivamente crônico o quadro do desenvolvimento. Por quê? Sem a nação não há como enfrentar a premissa de uma melhor distribuição de renda; sem a nação não há como resolver a questão da inclusão social.

Não creio que ninguém aqui deposite muita confiança na filantropia internacional. Certamente ninguém espera que haja, pelo neoliberalismo, uma abertura do mercado de trabalho mundial aos nossos excedentes de força de trabalho, nem que se faça qualquer sugestão, mesmo remota, de que o investimento do exterior é que irá dinamizar espontaneamente a periferia. Não é por aí. É pela nação ou não é pela nação.

O que me angustia é que a nação está sendo desconstruída, e, ao mesmo tempo, no plano cultural, a idéia da república vai sendo devastada, porque o espaço da mercadoria vai atravessando, cada vez mais, os níveis que antes eram imaginados como níveis e espaços reservados à república. Se a república é encurralada e a nação, debilitada, podem nos colocar rigorosamente em uma situação de subdesenvolvimento, em que pressupostos fundamentais para enfrentar a questão não estão presentes.

Paro por aqui. Não quis, de maneira nenhuma, transmitir uma visão pessimista: me dêem um minuto para eu dizer por que sou otimista. Primeiro, porque acho que a linearidade na história é nota zero para toda e qualquer projeção de um cenário; é a forma de perder emprego. Só estava imaginando alguém que, no século XVI, projetasse um mundo em que a península Ibérica dominaria e teria uma colônia chamada Inglaterra. Mas, no

século IX, quem projetasse a Inglaterra jamais poderia imaginar os Estados Unidos. Então, penso que toda e qualquer projeção tem o grande mérito de mostrar o que não vai ser a história. É evidente que este quadro de horror que estou projetando aqui não se vai configurar, porque não creio que sociedade alguma pratique suicídio ritual. É evidente que essa questão com a juventude, de uma segregação progressiva do espaço urbano, vai inspirar um movimento de repúdio. Por onde vem esse movimento, não me perguntem, porque não tenho bola de cristal. Mas tenho absoluta certeza disso: as projeções que fiz não se cumprirão, porque são demasiadamente absurdas.

Entretanto, além desse discurso – que é um pouco mágico – de fé na capacidade do homem de se reencontrar e se recriar por dentro, porque não há lei de termodinâmica aplicável à história, não há entropia na história, eu gostaria de chamar a atenção para a existência de alguns dados de imensa importância e de grande potencialidade. Abri uma janela aqui quando falei do povo que cria formas de sobrevivência e, ao fazê-lo, move-se contra orientações que são determinantes. Ninguém tem dúvida de que a globalização caminha para esse consumidor perfeitamente idiota, que vive em um ambiente sem referência própria. A expressão máxima disso é o viajante, na Turquia, que quando entra em um *shopping* diz: “Que alívio, sinto-me em casa!” É verdade! Padronizou-se. Esses espaços climatizados são muito parecidos uns com os outros.

Ao contrário, penso que aqueles que são colocados à margem desse processo subsistem, sobrevivem e criam de uma maneira muito original. Gosto muito de pensar o seguinte: só a pobreza é schumpeteriana, porque cria continuamente para sobreviver; ela tem uma imensa capacidade de desenvolver fórmulas de sobrevivência.

Aliás, professor Sunkel – o senhor dedicou-se muito à questão ambiental –, eu diria que devemos uma medalha de honra ao mérito às populações pobres que reciclam tudo. Quem recicla é a favela! A favela é um espaço de reciclagem, ainda que seja proposto por certos discursos como um espaço de degradação. Não, ela recupera tudo.

Aliás, uma informação: nós, brasileiros, por exemplo, somos campeões mundiais de reciclagem de alumínio. Não há uma latinha que fique por aí. Há tanta mão-de-obra disponível, que catam todas as latinhas e fazem reciclagem. Interessante.

Este é o povo que combina a coisa schumpeteriana da inovação com uma coisa profundamente conservadora, porque não pode se dar ao luxo de abrir mão de nada do que sabe, do que tem e do que faz. Então, ele é a grande fronteira para manter a identidade. Há fatos muito interessantes que gosto de cifrar assim: enquanto a classe média “deleta” e “printa” para aproximar-se de Miami, não querendo usar os termos “imprimir” e “apagar” do velho Camões porque isso desqualifica, o povão faz o movimento contrário, escuta uma música em que há *tonight* e a transforma em “Melô do Tomate”. Com isso, na verdade, ele é a grande reserva de identidade, no sentido mais profundo, de que a nossa sociedade dispõe.

Não sou nada pessimista, porque temos um povo admirável. Em algum momento vamos descobrir que temos uma elite de muito má qualidade e a questão será resolvida em um grande encontro entre essas duas personagens. Mas, para isso, esperem a próxima edição do otimismo. Muito obrigado.

COORDENADOR – Obrigado, Lessa. Entre os nossos economistas de maior expressão no Brasil, Lessa é aquele que tem a análise sociológica mais refinada, com certeza. Ele terminou de maneira bastante “furtadiana” os três minutos adicionais, porque Furtado levanta realmente – sempre levantou – o rol de questões, de problemas, e depois sempre transmitiu uma mensagem de otimismo sobre a construção da nação, enfim, das pessoas sociais, da organização social. Ele fez isso o tempo todo. E isso nos remete um pouco, dentro da idéia de otimismo, a projetos nacionais de desenvolvimento, que foi um dos temas aqui levantados.

Gostaria de fazer uma reflexão a esse respeito, porque tem muitíssimo a ver com o que está no coração, enfim, no pensamento estruturalista, na tradição de Aníbal Pinto, de Furtado, da Conceição, que é pensar a questão dos estilos, ou padrões, ou modelos de desenvolvimento. Isso sai dali, em uma perspectiva histórico-estrutural em que se pensam o regime macroeconômico, a equação financeira, a composição de agentes, a composição de produtos, a opção tecnológica, a direção do crescimento – se é para dentro, se é para fora, se é *desde adentro* –, e sobretudo a relação entre crescimento e distribuição de renda, pela via do emprego, sempre.

No caso de Furtado, se houvesse mais tempo, eu discorreria um pouco sobre a relação entre o bonito trabalho que vocês desenvolveram no CDES,

no Conselho, e o que está no Plano Plurianual, pois há muita identidade. Talvez no Plano Plurianual haja algo além, que é exatamente pensar o padrão. Existem processos reais por trás das agendas. E são os processos reais viáveis que dão, enfim, a possibilidade para que a agenda se cumpra.

Então, é preciso pensar exatamente a questão do padrão. E nesse PPA há uma idéia de padrão de crescimento por consumo de massa que sai de Furtado, que tinha lá um modelo de *welfare* com pleno emprego e mais ou menos produtividade. E, quando perguntado sobre se isso cabia no Brasil, ele respondeu: “com alguma distribuição de renda”.

É preciso distribuir a renda e mudar a estrutura produtiva. Sabemos hoje que a mudança de distribuição de renda é compatível com essa estrutura produtiva, mediante algumas modificações. Não há incompatibilidade. De modo que o caminho está aberto para isso. Essa é uma reflexão profundamente furtadiana, que está no plano plurianual 2004/2006 deste governo e que relaciona crescimento com distribuição de renda, pensando toda essa agenda a partir de processos de acumulação e progresso técnico viáveis, pela sua relação entre crescimento, emprego e distribuição.

Muito obrigado a todos.

